



Demonstrações financeiras consolidadas e individuais em 31 de dezembro de 2023

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

PERFIL DA COMPANHIA

A CESP é uma empresa geradora de energia criada em 1966 pelo Governo do Estado de São Paulo com a fusão de 11 empresas paulistas de energia elétrica.

Em 19 de outubro de 2018, o leilão das ações da CESP teve como vencedor o Consórcio São Paulo Energia, constituído pela Auren Energia S.A. (anteriormente denominada VTRM Energia Participações S.A.) e pela SF Ninety Two Participações Societárias S.A., resultado da parceria da Votorantim Energia com o fundo canadense Canada Pension Plan Investment Board (“CPP Investments”). Em 11 de dezembro de 2018, após a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações com o Estado de São Paulo, a CESP passou a ser uma empresa de controle privado.

Em função da reorganização societária anunciada em 18 de outubro de 2021 pelos seus acionistas controladores, a partir de 25 de março de 2022, a CESP passou a ser subsidiária integral da Auren e passou a deter registro de companhia aberta categoria “B”.

PARQUE GERADOR

A CESP detém a concessão da usina de geração hidrelétrica da UHE Porto Primavera (produção independente de energia) com um total de 14 unidades geradoras, 1.540 MW de potência e 887 MW médios de garantia física de energia.

A usina está instalada na bacia hidrográfica do Rio Paraná, no oeste do Estado de São Paulo.

Ainda, a Companhia opera a UHE Paraibuna sob regime de cotas, desde o encerramento da concessão em 05 de maio de 2022.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Atualmente como subsidiária integral da Auren, a Companhia segue as políticas de Governança Corporativa da mesma.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A companhia possui a concessão da usina hidrelétrica de Porto Primavera.

	Capacidade Instalada (MW)	Garantia Física (MW médio)	Geração de Energia (MW médio)					
			4T23	4T22	Var. (%)	2023	2022	Var. (%)
UHE Porto Primavera	1.540,0	886,8	982,3	822,6	19,4%	922,4	771,0	19,6%

A produção de energia da UHE Porto Primavera atingiu 982,3 MW médios no 4T23, 19,4% superior ao 4T22 (822,6 MW médios), devido a priorização do despacho hidrelétrico em virtude do cenário hidrológico

favorável e do elevado nível dos reservatórios do SIN. Além disso, cabe destacar a contribuição adicional para o aumento da geração hidrelétrica relacionada ao aumento do consumo de energia elétrica, no último trimestre do ano, associado às elevadas temperaturas.

Em relação à produção em 2023, a UHE Porto Primavera gerou 922,4 MW médios, que representa um valor 19,6% superior ao ano de 2022 (771,0 MW médios), devido à melhor disponibilidade hídrica registrada, em especial ao longo do primeiro semestre de 2023, que apresentou vazões acima das médias históricas em razão dos elevados níveis de precipitação observados.

Vazões Médias (m³/s)	2023	2022	Var. (%)
Vazão Turbinada ¹	5.325	4.267	24,8%
Vazão Vertida ²	1.036	4	N.M. ³
Vazão Defluente Total ³	6.361	4.271	48,9%

O valor acumulado do ano de 2023 apresenta-se próximo à média histórica (93%) e superior em 11 p.p. ao valor verificado no mesmo período de 2022, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Evolução da Energia Natural Afluenta (ENA) do Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

Período	ENA (MW médio)			ENA (% MLT) ⁴		
	2023	2022	Var. (%)	2023	2022	Var. (pp)
Janeiro	77.841	71.611	9%	119%	109%	10
Fevereiro	73.925	77.964	-5%	105%	110%	-5
Março	71.117	52.859	34%	103%	77%	26
Abril	55.160	40.929	35%	101%	75%	26
Mai	36.569	26.928	36%	92%	68%	24
Junho	30.862	24.273	27%	95%	75%	20
Julho	22.870	16.847	36%	89%	66%	23
Agosto	18.510	16.060	15%	90%	78%	12
Setembro	17.296	16.134	7%	88%	82%	6
Outubro	22.523	24.480	-8%	95%	104%	-9
Novembro	26.427	24.425	8%	84%	78%	6
Dezembro	28.086	42.977	-35%	59%	90%	-31
1T	74.307	66.464	12%	109%	97%	12
2T	40.817	30.541	34%	96%	72%	24
3T	19.587	16.262	20%	89%	75%	14
4T	25.671	30.695	-16%	79%	91%	-12
12M	39.905	36.056	11%	93%	84%	9

O índice de disponibilidade médio das usinas operadas pela Auren manteve-se acima dos valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Em 2023, o índice de disponibilidade médio da UHE Porto Primavera foi de 4,6 p.p. superior à referência ANEEL.

¹ Vazão turbinada: vazão que passa pelas turbinas da usina gerando energia elétrica;

² Vazão vertida: vazão que passa pelos órgãos extravasores da usina hidrelétrica não gerando energia, incluindo a vazão da escada de peixes;

³ Vazão defluente: é a vazão total que passa pela usina, sendo o somatório da vazão turbinada e vazão vertida.

⁴ Média de Longo Termo (MLT). Informações disponíveis em http://www.ons.org.br/Paginas/resultados-da-operacao/historico-da-operacao/energia_afluente_subsistema.aspx.

Usina	Capacidade Instalada (MW)	Número de Unidades Geradoras (UG)	Capacidade Unitária da UG (MW)	Disponibilidade Verificada	Índice Referência ANEEL
UHE Porto Primavera	1.540,0	14	110,0	96,9%	92,3%

DESEMPENHO FINANCEIRO

A Companhia encerrou 2023 com um prejuízo líquido de R\$ 449,4 milhões, principalmente em razão da contabilização das despesas de IR/CSLL de R\$ 912,4 milhões e de PIS/COFINS de R\$ 124,8 milhões sobre o ganho com a indenização dos ativos da UHE Três Irmãos, cuja receita vinculada à atualização monetária destes ativos foi contabilizada ao final do exercício de 2022.

R\$ milhões	2023	2022	Var. (%)
Receita líquida	1.389,8	2.255,4	-38,4%
Custo com energia elétrica	-383,4	-1.040,7	-63,2%
Custo com operação	-439,6	-458,0	-4,0%
Lucro Bruto	566,8	756,7	-25,1%
Despesas gerais e administrativas	-86,3	-116,0	-25,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	137,2	331,8	-58,6%
Resultado financeiro líquido	-40,0	1.784,2	-102,2%
Imposto de renda e contribuição social	-1.027,1	-310,0	231,3%
Lucro líquido	-449,4	2.446,7	-118,4%

RECEITA OPERACIONAL

A receita operacional líquida em 2023 totalizou R\$1.389,8 milhões, redução de R\$865,6 milhões (-38,4%) em relação aos R\$2.255,4 milhões em 2022, majoritariamente decorrente da cessão dos contratos de compra e venda de energia à Auren Comercializadora de Energia Ltda. (subsidiária integral da sua controladora Auren Energia), como parte da estratégia de reestruturação da comercialização de energia implementada pela Auren Energia ao final de 2022, que passou a centralizar a venda de energia aos clientes finais na sua investida Auren Comercializadora, combinado com o encerramento de contratos *wholesale*, parcialmente compensados pela entrada de novos contratos e por reajustes de inflação, que resultou em um aumento no preço médio de contratos do ACR.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$ 772,0 milhões em 2023, frente a R\$ 1.282,9 milhões registrados em 2022, uma variação de R\$ 510,9 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

- **Custo de compra de energia:** redução de R\$ 669,3 milhões em energia comprada em relação à 2022, devido ao encerramento de contratos de compra de energia para cobertura de exposição *short* e à cessão de contratos à Auren Comercializadora;

- **Encargos de uso da rede elétrica:** aumento de R\$ 12,0 milhões em relação ao exercício de 2022, explicado pelo reajuste das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD) e Tarifas de Uso do Sistema de Transmissão pela geração (TUSTg);
- **Provisão de *Impairment*:** Em 2023 a avaliação de *impairment* sobre os ativos imobilizados da Companhia não resultou em impacto contábil, gerando um efeito negativo quando comparado ao ano anterior, devido à reversão de *impairment* reconhecida em 2022, no valor de R\$230,9 milhões,
- **Reversão de provisão para litígios:** a Companhia registrou reversão de provisão de R\$137,7 milhões em 2023, R\$ 77,7 milhões a mais comparado com a reversão total de R\$ 60,0 milhões em 2022, principalmente em função dos acordos ocorridos ao longo de 2023, com destaque para a homologação da Ação Civil Pública de pescadores;
- **Ganho na migração benefícios pós-emprego:** em 2022 foi registrado um efeito positivo de R\$20 milhões no resultado, fruto da conclusão do processo de migração parcial dos planos de benefício definido para plano de contribuição definida como parte da estratégia de mitigação dos riscos atuariais.

RESULTADO FINANCEIRO

No exercício de 2023, o resultado financeiro líquido foi uma despesa de R\$ 40,0 milhões, versus receita de R\$ 1.784,2 milhões em 2022, principalmente devido a:

- **Receitas financeiras:** redução de R\$ 1.894,5 milhões ou 66,7%, explicada, principalmente, pelo efeito do reconhecimento, no exercício de 2022, da atualização monetária sobre o ativo sujeito à indenização da UHE Três Irmãos, na cifra de R\$ 2.421,6 milhões e do reconhecimento do PIS/COFINS sobre o resultado financeiro relativo à tributação sobre a indenização, ocorrido no exercício 2023, que totalizou R\$ 124,8 milhões;
- **Despesas financeiras:** redução de R\$ 39,3 milhões ou 5,3% em relação ao exercício 2022, explicado, principalmente pela menor atualização monetária sobre a provisão de litígios, associada à redução do saldo do passivo em função dos acordos judiciais celebrados durante do exercício de 2023.

RESULTADO LÍQUIDO

O prejuízo de 2023 foi de R\$449,3 milhões, contra um lucro de R\$2.446,6 milhões em 2022 explicado pelas principais variações mencionadas anteriormente.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
CESP - Companhia Energética de São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da CESP - Companhia Energética de São Paulo ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

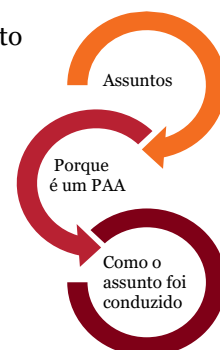
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



CESP - Companhia Energética de São Paulo

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e de suas controladas não apresentam modificações significativas em relação ao exercício anterior. Portanto, os principais assuntos de auditoria, bem como a nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Ativos indenizáveis (Nota 1.2.1 (a) e (b))

Em 16 de junho de 2023, a Companhia celebrou contrato de cessão de aquisição de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual foi cedido a totalidade dos direitos creditórios do acordo judicial firmado com a União Federal. Em contrapartida à referida cessão, a Companhia recebeu R\$ 4.164.648 mil e desreconheceu integralmente o ativo financeiro.

Durante o ano de 2023, como resultado da resposta formal à Solução de Consulta junto à Receita Federal do Brasil ("RFB") a Companhia realizou pagamentos de R\$ 578.016 mil, à título de IRPJ/CSLL e de R\$ 124.800 mil à título de PIS/COFINS.

Os assuntos derivados do acordo judicial com a União Federal foram considerados como um dos principais assuntos de nossa auditoria, pelos montantes envolvidos e os riscos inerentes à subjetividade de certas premissas, como determinar a transferência dos riscos e benefícios do ativo financeiro, o período de reconhecimento dos impactos tributários e a aceitabilidade pela autoridade fiscal da posição da Companhia.

Nossa abordagem de auditoria para o assunto considerou, entre outros pontos:

- A leitura e avaliação dos termos, do contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios e outras avenças, base para determinar a transferência dos riscos e benefícios do ativo financeiro.
- A revisão dos pareceres jurídicos e análise dos argumentos para determinar a posição da Companhia em não oferecer a tributação o ganho referente a atualização monetária da verba indenizatória no reconhecimento inicial.
- A avaliação das premissas utilizadas e verificação da precisão matemática nas apurações dos valores pagos à título de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS.
- Revisão da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação do desreconhecimento do ativo financeiro, bem como para o reconhecimento dos impactos fiscais dos valores recebidos como indenização, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Entidade de previdência a empregados (Nota 18)

Conforme descrito na Nota 18, a Companhia patrocina planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados, assim como respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social.

Os planos classificados como "benefício definido" geraram, em 31 de dezembro de 2023, passivos líquidos no montante de R\$ 1.633.085 mil, os quais foram calculados com referência às hipóteses atuariais que incluíram taxa de desconto, taxa de inflação anual de longo prazo, mortalidade geral, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários.

Os cálculos atuariais de base para a determinação dessas obrigações foram elaborados por atuário independente contratado pela administração da Companhia e consideram hipóteses atuariais e informações cadastrais sobre participantes dos planos de suplementação de aposentadoria e de saúde.

O processo de estimativa na determinação do valor presente com os planos requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas hipóteses.

Considerando que a utilização de diferentes estimativas e hipóteses para a determinação do valor presente dos planos poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, mantivemos esse assunto como um dos Principais Assuntos de Auditoria.

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Reuniões com a administração da Companhia para discutir e obter o entendimento sobre como a administração mensura as obrigações atuariais dos planos de benefício definido e de saúde complementar.
- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração das obrigações atuariais dos planos de benefício definido.
- Avaliação da independência e da expertise dos atuários contratados pela Companhia, bem como dos principais critérios utilizados para a determinação da reserva individual de participantes selecionados e avaliação das principais hipóteses atuariais e premissas adotadas, como taxa de desconto, taxa estimada de inflação, tábua de mortalidade, estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre despesas e contribuições dos funcionários, conforme aplicável.
- Revisão da precisão matemática dos cálculos efetuados pelos atuários independentes.
- Testes, com base amostral, da consistência dos dados individuais dos participantes, utilizados na avaliação atuarial.

Nossos procedimentos foram executados com o apoio de nossos especialistas atuariais e também incluíram a avaliação da adequação das divulgações efetuadas em notas explicativas.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, entendemos que os critérios de mensuração dos benefícios pós-

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

-emprego, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Provisão para litígios (Nota 19)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas apresentavam provisões para prováveis perdas decorrentes de processos judiciais, mensuradas com base na análise de prognóstico dos respectivos processos e das causas, no valor de R\$ 983.115 mil. Adicionalmente, a Companhia possui ações tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas em andamento no montante de R\$ 1.594.337 mil, para as quais não foram registradas provisões nas demonstrações financeiras consolidadas, considerando que as perspectivas para perda tenham sido avaliadas como possíveis pela administração, a partir do suporte dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.

Provisões e passivos contingentes apresentam incerteza inerente em relação ao seu prazo e ao seu valor de liquidação. Adicionalmente, o reconhecimento e a mensuração das provisões e dos passivos contingentes requerem que a administração da Companhia exerça julgamentos relevantes para estimar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos dos processos judiciais e administrativos dos quais a Companhia é parte envolvida.

A determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e de passivos contingentes divulgados em notas explicativas requer julgamentos relevantes sobre diferentes interpretações doutrinárias e jurisprudenciais utilizadas para estimar os valores e a probabilidade de saída de recursos decorrentes desses processos.

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação da consistência entre a política contábil relacionada com as provisões e os procedimentos adotados pela administração para determinação das provisões e suas respectivas divulgações. Adicionalmente, também consideramos:

- Entendimento e avaliação dos controles internos relevantes determinados pela administração sobre a mensuração e a existência dos processos da Companhia.
- Avaliação da consistência dos critérios e das premissas para mensuração, reconhecimento e classificação de risco de perda dos processos, preparada pela administração a partir de avaliações realizadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia.
- Obtenção de confirmações de informações diretamente com os assessores jurídicos.
- Revisão analítica das movimentações da conta de provisão para litígios e contingências, durante o exercício.
- Discussão dos assuntos mais relevantes com os Órgãos de Governança da Companhia.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Porque é um PAA

Esse assunto foi considerado um dos Principais Assuntos de Auditoria, considerando que a utilização de diferentes estimativas e premissas para a determinação dos valores dos processos judiciais provisionados e divulgados poderia produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados e reconhecidos contabilmente pela administração.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para processos judiciais e contingências, bem como as divulgações efetuadas sobre passivos contingentes, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos internos e externos e com as demais informações obtidas.

Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 14)

A Companhia e suas controladas apresentavam, em 31 de dezembro de 2023, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R\$ 2.698.782 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos.

A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis.

O valor recuperável dos impostos diferidos ativos reconhecidos nas demonstrações financeiras pode variar significativamente se forem aplicadas diferentes premissas e dados de projeção dos lucros tributáveis futuros. Além disso, a estimativa do momento da realização do prejuízo fiscal de imposto de renda, da base negativa da contribuição social e das diferenças temporárias e seus impactos na tributação futura da Companhia exige julgamentos significativos pela administração. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros.
- Análise das principais premissas e testes sobre os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas, considerando as demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Porque é um PAA

em relação a posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*) (Notas 11 e 12)

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia possuía registrado em suas demonstrações financeiras consolidadas os montantes de R\$ 7.190.453 mil e R\$ 1.766.225 mil, referentes a ativos imobilizados e intangíveis, respectivamente, os quais se referem, substancialmente, aos investimentos em infraestrutura efetuados em conexão com os contratos de concessão pública.

A administração realiza, no mínimo anualmente, a avaliação de indicadores de redução ao valor recuperável e, quando aplicável, teste de *impairment* desses ativos, fundamentado no método do valor em uso, o qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras.

Consideramos o teste de *impairment* dos ativos imobilizados e intangíveis um dos Principais Assuntos de Auditoria, em função da magnitude do saldo e da complexidade envolvida nas análises de recuperabilidade. A complexidade advém dos julgamentos significativos em relação à estimativa dos fluxos de caixa futuros, que incluem premissas afetadas por condições macroeconômicas e de mercado. Variações nesses julgamentos e premissas podem produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração e, consequentemente, ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Os principais procedimentos de auditoria executados incluíram, entre outros, os seguintes:

- Entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração e aprovação, pelos Órgãos de Governança da Companhia, das projeções dos fluxos de caixa utilizados nos testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados e intangíveis (teste de *impairment*).
- Análise da razoabilidade das principais premissas e testes matemáticos sobre os estudos de recuperabilidade dos ativos imobilizado e intangíveis.
- Revisão da análise de sensibilidade das projeções, considerando diferentes intervalos e cenários.
- Discussão com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados.
- Análise da adequação das divulgações apresentadas em notas explicativas.

Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que as premissas utilizadas nos cálculos efetuados pela administração em seu teste de *impairment*, assim como as divulgações, são consistentes com as documentações apresentadas, em todos os aspectos relevantes, no contexto das demonstrações financeiras.

CESP - Companhia Energética de São Paulo

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

CESP - Companhia Energética de São Paulo

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.



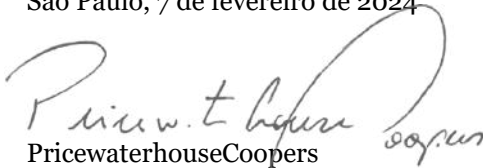
CESP - Companhia Energética de São Paulo

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2024


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Alexandre Peres
Contador CRC 1SP198156/O-7

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

Demonstração do resultado	12
Demonstração do resultado abrangente	13
Demonstração dos fluxos de caixa	14
Balanco patrimonial	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstração do valor adicionado	18

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras consolidadas e individuais

1	Considerações gerais	19
2	Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis	22
3	Estimativas e julgamentos contábeis e críticos	25
4	Receita	26
5	Custos e despesas	28
6	Resultado financeiro líquido	29
7	Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva	29
8	Contas a receber	31
9	Ativos indenizáveis pela União	32
10	Investimentos	32
11	Imobilizado	33
12	Intangível	37
13	Fornecedores	39
14	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	39
15	Financiamentos e debêntures	42
16	UBP - Uso do bem público	44
17	Obrigações socioambientais	45
18	Benefícios pós-emprego	45
19	Provisão para litígios	50
20	Partes relacionadas	52
21	Patrimônio líquido	55
22	Instrumentos financeiros e gestão de risco	57
23	Seguros	63
24	Compromissos de longo prazo	63
25	Informações por segmento	63

Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Receita líquida	4	1.389.769	2.255.353	1.271.219	1.705.141
Custo do serviço de energia elétrica	5	(822.977)	(1.498.630)	(716.383)	(965.996)
Custo com energia elétrica		(383.386)	(1.040.656)	(276.792)	(508.022)
Custo com operação		(439.591)	(457.974)	(439.591)	(457.974)
Lucro bruto		566.792	756.723	554.836	739.145
Receitas (despesas) operacionais	4				
Gerais e administrativas		(86.318)	(115.978)	(79.617)	(107.085)
Outras receitas operacionais, líquidas		137.273	331.730	137.491	324.175
		50.955	215.752	57.874	217.090
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		617.747	972.475	612.710	956.235
Resultado de participações societárias					
Equivalência patrimonial	11	-	-	31.025	17.659
Resultado financeiro líquido	6				
Receitas financeiras		660.924	2.524.472	602.743	2.511.000
Despesas financeiras		(700.937)	(740.242)	(685.354)	(739.408)
Variações cambiais, líquidas		-	-	-	-
		(40.013)	1.784.230	(82.611)	1.771.592
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		577.734	2.756.705	561.124	2.745.486
Imposto de renda e contribuição social	10				
Correntes		(621.401)	(3.115)	(605.466)	2.013
Diferidos		(405.703)	(306.973)	(405.028)	(300.882)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(449.370)	2.446.617	(449.370)	2.446.617
Quantidade média ponderada de ações - milhares		348.711	348.711	348.711	348.711
Lucro líquido básico por lote de mil ações, em reais		(1,2887)	7,0162	(1,2887)	7,0162

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Nota	Consolidado e controladora	
		2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(449.370)	2.446.617
Outros componentes do resultado abrangente do exercício que não serão posteriormente reclassificados para o resultado			
Remensuração de benefícios pós-emprego, líquido dos efeitos tributários	18.5	(201.226)	196.147
Total do resultado abrangente do exercício		(650.596)	2.642.764

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração dos Fluxos de Caixa
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais



		Consolidado		Controladora	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		577.734	2.756.705	561.124	2.745.486
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa					
Depreciação e amortização	5	390.411	404.119	390.333	404.074
Baixa de imobilizado e direito de uso dos contratos de arrendamento		10.696	(340)	10.696	(340)
Baixa de ativos disponíveis para venda	5	50	-	50	-
Equivalência patrimonial	10.2	-	-	(31.025)	(17.659)
Juros, variações monetárias e variações cambiais		201.473	196.235	188.165	196.235
Apropriação de custos de captação	15.3	5.565	5.498	5.498	5.498
Baixa de depósitos judiciais		2.919	4.983	2.919	4.983
Custo financeiro da securitização	6	236.595	-	236.595	-
Constituição (reversão) de provisões					
Reversão de provisão para litígios	19	(147.049)	(59.969)	(147.049)	(60.805)
Provisão de Incentivo de longo prazo		(5.168)	4.087	(5.168)	4.087
Reversão de impairment de ativo imobilizado e intangível		-	(230.924)	-	(230.924)
Provisão (reversão) de obrigações socioambientais	17	(2.611)	3.907	(2.611)	3.907
Atualizações de saldos					
Ativos indenizáveis pela União	6	(262.264)	(2.421.617)	(262.264)	(2.421.617)
Provisão para litígios	19	45.877	96.884	45.877	96.884
Depósitos judiciais		(12.751)	(13.907)	(12.751)	(13.907)
Benefícios pós-emprego	18.3	175.163	159.869	175.163	159.869
Efeito da migração benefícios pós-emprego	18.3	-	(20.148)	-	(20.148)
Custo do serviço de benefícios pós-emprego	18.3	-	87	-	87
Ajuste a valor presente					
Ajuste a valor presente pela securitização ativos indenizáveis	6	(218.444)	-	(218.444)	1.860
Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis	6	(11.518)	229.962	(11.518)	228.102
Obrigações socioambientais	17.1	14.041	10.702	14.041	10.702
UBP – Uso do bem público	16	3.754	5.400	3.754	5.400
Contratos futuros de energia		-	(8.209)	-	-
Arrendamentos		5.605	116	-	116
		1.010.078	1.123.440	943.385	1.101.890
Decréscimo (acréscimo) em ativos					
Contas a receber de clientes		80.552	17.700	38.946	(22.050)
Ativos indenizáveis pela União	1.2.1(a)	4.164.648	-	4.164.648	-
Tributos a recuperar		(24.028)	(20.466)	(24.499)	(27.301)
Almoxarifado		-	(625)	-	(625)
Despesas antecipadas		(4.604)	4.083	(4.207)	4.149
Cauções e depósitos judiciais		15.509	29.622	15.509	29.633
Demais créditos e outros ativos		1.821	(8.125)	1.160	(7.721)
Acréscimo (décrécimo) em passivos					
Fornecedores		(70.933)	(22.653)	(16.440)	3.127
Instrumentos financeiros derivativos		-	(12.699)	-	(8.288)
Tributos a recolher		(40.575)	30.560	(20.029)	20.955
Pagamentos a benefícios pós-emprego		(110.899)	(58.169)	(110.899)	(58.169)
Efeito migração benefícios pós-emprego – planos CD	18.3	-	(306.015)	-	(306.015)
Encargos setoriais		1.294	1.665	1.294	1.665
Pagamentos de litígios, obrigações e acordos judiciais		(117.617)	(182.917)	(117.617)	(182.917)
Pagamento de obrigações socioambientais		(22.809)	(36.585)	(22.809)	(36.585)
Pagamento de UBP – Uso do bem público		(44.423)	(44.423)	(44.423)	(42.773)
Obrigações estimadas e folha de pagamento		(2.315)	(3.022)	(2.879)	(2.544)
Demais obrigações e outros passivos		(14.176)	(20.050)	(20.515)	(19.365)
Caixa gerado nas operações					
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	15.3	4.821.519	492.971	4.780.621	447.066
Imposto de renda e contribuição social pagos		(111.012)	(115.424)	(111.012)	(115.424)
		(597.833)	(21.146)	(589.593)	(18.743)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		4.112.67	356.401	4.080.020	312.899
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Resgate (aplicação) de aplicações financeiras		111.595	(12.784)	111.595	(12.784)
Aplicação em fundo reserva		(14.110)	-	-	-
Aumento de capital em controladas	10.2	-	-	(1.330.000)	-
Recebimento de dividendos		-	-	4.644	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.705.534)	(15.547)	(16.616)	(10.112)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(1.608.049)	(28.331)	(1.230.377)	(22.896)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Liquidação de debêntures	15.3	(74.993)	(75.000)	(74.993)	(75.000)
Liquidação de arrendamentos		(6.189)	(965)	-	(965)
Pagamento de dividendos	1.2.2(b)	(2.500.004)	(9)	(2.500.004)	(9)
Captações de recursos	15.3	348.208	-	-	-
Custo da captação de recursos	15.3	(3.174)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(2.236.152)	(75.974)	(2.574.997)	(75.974)
Acréscimo de caixa e equivalentes de caixa					
		268.477	252.096	274.646	214.029
Efeito no caixa de empresas adquiridas incluídas na consolidação					
		-	436.225	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício					
		1.116.552	428.231	590.570	376.541
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício					
		1.385.029	1.116.552	865.216	590.570
Principais transações que não afetaram o caixa					
Aumento de capital - via transferência de ativos		-	496.075	-	496.075
Aquisição de investimentos - via aumento de capital		-	-	-	(496.075)

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2023	2022	2023	2022
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	7	1.385.029	1.116.552	865.216	590.570
Aplicações financeiras	7	-	105.347	-	105.347
Contas a receber de clientes	8	170.187	250.739	159.148	198.094
Ativos indenizáveis pela União	9	-	161.856	-	161.856
Tributos a recuperar		73.690	49.662	66.965	42.466
Dividendos a receber		-	-	7.368	4.644
Despesas antecipadas		9.041	4.437	6.073	1.866
Outros ativos		12.540	14.644	12.759	13.507
		1.650.487	1.703.237	1.117.529	1.118.350
Ativos mantidos para venda		8.378	8.428	8.378	8.428
		1.658.865	1.711.665	1.125.907	1.126.778
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo					
Fundo de liquidez - Conta reserva	7	14.823	-	-	-
Ativos indenizáveis pela União	9	-	3.747.161	-	3.747.161
Cauções e depósitos judiciais		170.422	176.099	168.891	175.259
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	2.698.782	3.000.824	2.698.570	2.999.937
Ativo sujeito à indenização		21.799	21.799	21.799	21.799
Outros ativos		7.249	6.966	6.946	6.667
		2.913.075	6.952.849	2.896.206	6.950.823
Investimentos	10	-	-	1.931.921	578.264
Imobilizado	11	7.190.453	5.731.313	5.322.128	5.668.596
Intangível	12	1.766.225	1.824.901	1.765.944	1.824.559
Direito de uso sobre contratos de arrendamento		39.563	39.990	1.105	-
		11.909.316	14.549.053	11.917.304	15.022.242
TOTAL DO ATIVO		13.568.181	16.260.718	13.043.211	16.149.020

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2023	2022	2022	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	13	164.276	119.565	50.485	66.315
Financiamentos e debêntures	15	100.397	99.599	99.660	99.599
Arrendamentos		1.069	454	611	
Obrigações estimadas e folha de pagamento		15.487	20.187	14.010	19.274
Tributos a recolher		16.148	33.155	12.652	16.808
Encargos setoriais		23.129	21.835	23.129	21.835
Dividendos a pagar		273	970.730	273	970.730
UBP - Uso do bem público	16	38.549	43.465	38.549	43.465
Provisão para litígios	19	107.741	170.376	107.741	170.376
Obrigações socioambientais	17	41.861	40.560	41.861	40.560
Outros passivos		28.284	54.625	21.942	54.590
		537.214	1.574.551	410.913	1.503.552
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e debêntures	15	2.296.459	1.924.229	1.938.074	1.924.229
Arrendamentos		39.921	39.863	505	-
UBP - Uso do bem público	16	10.178	43.089	10.178	43.089
Provisão para litígios	19	875.374	1.012.982	874.506	1.012.146
Obrigações socioambientais	17	150.131	186.943	150.130	186.943
Benefícios pós-emprego	18	1.633.085	1.263.931	1.633.085	1.263.931
Outros passivos		64.633	73.800	64.634	73.800
		5.069.781	4.544.837	4.671.112	4.504.138
TOTAL DO PASSIVO		5.606.995	6.119.388	5.082.025	6.007.690
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	21	6.471.508	6.471.508	6.471.508	6.471.508
(-) Ações em tesouraria		(3.332)	(3.332)	(3.332)	(3.332)
Reservas de capital		1.929.098	1.929.098	1.929.098	1.929.098
Reservas de lucros		1.774.584	3.789.135	1.774.584	3.789.135
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.210.672)	(2.045.079)	(2.210.672)	(2.045.079)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		7.961.186	10.141.330	7.961.186	10.141.330
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		13.568.181	16.260.718	13.043.211	16.149.020

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro
Em milhares de reais



	Capital social	(-) Ações em tesouraria	Reservas de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	5.975.433	(3.332)	1.929.098	1.956.664	(2.274.301)	-	7.583.562
Realização de custo atribuído (depreciação)	-	-	-	-	33.075	(33.075)	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	2.446.617	2.446.617
Ajuste de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	196.147	-	196.147
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	229.222	2.413.542	2.642.764
Aumento de capital	496.075	-	-	-	-	-	496.075
Destinação do lucro líquido do exercício							
Constituição de reserva legal	-	-	-	122.331	-	(122.331)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(581.071)	(581.071)
Retenção de lucros	-	-	-	1.710.140	-	(1.710.140)	-
Total de contribuições e distribuições para acionistas	496.075	-	-	1.832.471	-	(2.413.542)	(84.996)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	6.471.508	(3.332)	1.929.098	3.789.135	(2.045.079)	-	10.141.330
Realização de custo atribuído (depreciação)	-	-	-	-	35.633	(35.633)	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	(449.370)	(449.370)
Ajuste de benefícios pós-emprego	-	-	-	-	(201.226)	-	(201.226)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	(165.593)	-	(650.596)
Dividendos adicionais (Nota 1.2.2 (b))	-	-	-	(1.529.548)	-	-	(1.529.548)
Destinação do resultado do exercício							
Absorção de prejuízo do exercício	-	-	-	(485.003)	-	485.003	-
Total de contribuições para acionistas	-	-	-	(2.014.551)	-	485.003	(1.529.548)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	6.471.508	(3.332)	1.929.098	1.774.584	(2.210.672)	-	7.961.186

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

		Consolidado		Controladora	
	Nota	2023	2022	2023	2022
Geração do valor adicionado					
Receita bruta	4	1.609.745	2.587.823	1.479.281	1.959.625
		1.609.745	2.587.823	1.479.281	1.959.625
Insumos					
	5				
Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica		383.386	1.040.656	276.792	508.022
Serviços de terceiros e operação e manutenção		57.874	58.366	55.499	59.168
Materiais		3.227	2.442	3.489	2.782
Outros custos operacionais		1.780	3.496	1.507	2.985
		446.267	1.104.960	337.287	572.957
Valor adicionado bruto		1.163.478	1.482.863	1.141.994	1.386.668
Retenções					
	5				
Depreciação e amortização		390.411	404.119	390.333	404.074
Contratos futuros de energia		-	(8.209)	-	-
		390.411	395.910	390.333	404.074
Valor adicionado líquido gerado		773.067	1.086.953	751.661	982.594
Transferências					
Receitas financeiras	6.1	398.660	102.855	340.479	89.383
Equivalência patrimonial	10.1	-	-	31.025	17.659
Atualização de ativos indenizáveis pela União	6.1	262.264	2.421.617	262.264	2.421.617
Ganho na migração benefícios pós-emprego		-	20.148	-	20.148
		660.924	2.544.620	633.768	2.548.807
Outras					
Reversão de litígios		137.655	59.969	137.655	59.969
Recuperação de tributos		2.201	-	2.201	-
Baixa de depósitos judiciais		2.426	(2.496)	2.426	(2.496)
Reversão de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível		-	230.924	-	230.924
Seguros		(4.051)	(4.250)	(4.051)	(4.258)
Outras receitas (despesas), operacionais líquidas		(12.778)	1.778	(11.019)	7.123
		125.453	285.925	127.212	291.262
Valor adicionado a distribuir		1.559.444	3.917.498	1.512.641	3.822.663
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
	5				
Remuneração direta		28.101	43.906	26.187	42.218
Encargos sociais		20.075	28.299	19.538	26.464
Benefícios		11.339	13.161	11.095	12.435
		59.515	85.366	56.820	81.117
Remuneração de capital de terceiros					
Juros e atualização monetária	6.1	428.013	212.841	415.936	212.841
Outras despesas financeiras	6.1	272.924	527.401	269.418	526.567
Aluguéis e arrendamentos	5	1.282	2.715	1.281	2.168
		702.219	742.957	686.635	741.576
Intrasetoriais – Encargos regulamentares					
	4				
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos – CFURH		52.174	40.043	52.174	40.043
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D		12.679	17.110	12.679	17.110
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		5.927	5.435	5.927	5.435
Reserva Global de Reversão – RGR		-	1.321	-	1.321
		70.780	63.909	70.780	63.909
Tributos e contribuições sociais					
Federal		1.175.947	546.485	1.147.253	479.184
Estadual		144	31.959	314	10.055
Municipal		209	205	209	205
		1.176.300	578.649	1.147.776	489.444
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos		-	581.071	-	581.071
Lucros retidos / Prejuízo do exercício		(449.370)	1.865.546	(449.370)	1.865.546
		(449.370)	2.446.617	(449.370)	2.446.617
Valor adicionado distribuído		1.559.444	3.917.498	1.512.641	3.822.663

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

1 Considerações gerais

1.1 Contexto operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo (“CESP” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima com registro de companhia aberta, com sede na cidade de São Paulo. A Companhia é subsidiária integral da Auren Energia S.A. (“Auren”). Em conjunto com suas controladas CESP Comercializadora de Energia S.A. (“CESP Comercializadora”), Jaíba V Holding S.A. (“Jaíba V”) e SF 648 Participações Societárias S.A. (“SF 648 Participações Societárias”), tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração. Mantém outras atividades correlatas, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como uma ferramenta de manter a qualidade do ambiente onde atua.

A Companhia, atualmente, possui duas usinas de geração hidrelétrica, uma delas operando no regime de preço e outra e a no regime de cotas (UHE Paraibuna), somando 1.627 MW de capacidade instalada e 935 MW médios de garantia física de energia.

Após assinatura do contrato de concessão da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera) (“UHE Porto Primavera”), que prolongou o prazo de concessão para 2056, a Companhia passou de concessionária de serviço público de geração de energia elétrica para concessionária de produção independente de energia elétrica, e continua a ter suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (“MME”), operando suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (“ONS”).

Adicionalmente, a controlada Jaíba V tem como objetivo desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de energia elétrica por fonte solar. O complexo solar, que terá 500 MWac de capacidade instalada e será uma das maiores usinas solares do país, encontra-se em fase pré-operacional de construção com expectativa de entrada em operação comercial a partir do primeiro trimestre de 2024 e prazo de término da autorização em fevereiro de 2055.

1.2 Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023

1.2.1 Principais eventos operacionais

(a) Securitização do saldo a receber do acordo com a União Federal referente aos ativos indenizáveis

Em 16 de junho de 2023, a controladora Auren celebrou, na qualidade de interveniente anuente, contrato de cessão de aquisição de direitos creditórios e outras avenças, por meio do qual foi cedido, à determinada companhia de securitização True Securitizadora S.A., em caráter definitivo e sem qualquer coobrigação, a totalidade dos direitos creditórios decorrentes do acordo judicial firmado entre a Companhia e a União Federal, visando a indenização pela reversão de bens não amortizados ou não depreciados da Usina Hidrelétrica Três Irmãos. Em contrapartida à referida cessão, a Companhia recebeu o valor de R\$ 4.164.648 no dia 27 de junho de 2023 e, com base no CPC 48 – Instrumentos Financeiros, o ativo financeiro que estava reconhecido no ativo circulante e não circulante, na rubrica “Ativo indenizável pela União”, foi integralmente realizado. O montante realizado foi de R\$ 4.401.243, sendo R\$ 4.164.648 pelo recebimento em caixa da referida cessão e R\$ 236.595 como custo da operação, que foi lançado como despesa financeira na rubrica “Custo financeiro da securitização”. Além disso, houve a reversão da provisão de R\$ 218.444 da parcela correspondente ao ajuste a valor presente reconhecido sobre o saldo do ativo indenizável, resultando assim efeito líquido de despesa no resultado financeiro do exercício de R\$ 18.151. (Notas 5 e 9).

(b) Tributação sobre ganho na Indenização da Usina Hidrelétrica Três Irmãos

Em 07 de dezembro de 2022, a Companhia celebrou acordo judicial com a União Federal visando a indenização pela reversão de bens não amortizados ou não depreciados em relação à da Usina Hidrelétrica Três Irmãos, resultando no reconhecimento de R\$ 3.909.017 como Ativos indenizáveis pela União, mediante a reclassificação de R\$ 1.717.362 da rubrica “Ativo sujeito à indenização” e de R\$ 2.191.655 à título de atualização monetária, líquida de ajuste a valor presente, em contrapartida ao Resultado financeiro.

Em 10 de janeiro de 2023, foi proferida sentença de homologação judicial do referido acordo, sendo extinto o processo, com resolução de mérito. E, por fim, em 17 de janeiro de 2023, foi certificado o trânsito em julgado e o processo foi definitivamente arquivado.

Por entender, em conjunto com seus assessores jurídicos, que não há incidência de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre os ganhos referentes à atualização da verba indenizatória recebida, a CESP formalizou uma Solução de Consulta junto à Receita Federal do Brasil (“RFB”) a fim de confirmar tal entendimento. As Soluções de Consulta foram encaminhadas à RFB no mês de janeiro de 2023.

(i) Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas (“IRPJ”) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”)

Em 17 de agosto de 2023, a Companhia recebeu a resposta da Solução de Consulta encaminhada à Receita Federal do Brasil (“RFB”), acerca da incidência ou não do IRPJ e da CSLL sobre o ganho referente a atualização da verba indenizatória decorrente do acordo judicial celebrado com a União Federal.

Na resposta à Solução de Consulta, a RFB pontuou que os juros moratórios, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”), incidentes sobre verba indenizatória definida em acordo homologado judicialmente devem ser computados na apuração do lucro real tanto para fins de IRPJ quanto para CSLL.

Como consequência, em 15 de setembro de 2023 a CESP realizou o pagamento no valor de R\$ 578.016 à título de IRPJ e CSLL, após a compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social e de créditos tributários. O total de despesa reconhecido no resultado da Companhia sobre o efeito de Três Irmãos foi de R\$ 912.430, sendo R\$ 608.660 relativo à despesa de IRPJ e CSLL correntes e R\$ 303.770 pela parcela dos tributos diferidos revertidos em razão da compensação sobre a base de cálculo.

(ii) Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)

Em 29 de setembro de 2023, a Companhia recebeu também a resposta da Solução de Consulta protocolada junto à Receita Federal do Brasil (“RFB”) acerca da incidência ou não do PIS e da COFINS sobre o ganho referente a atualização dos valores decorrentes do referido acordo judicial celebrado com a União Federal.

Assim como na resposta à Solução de Consulta anterior, a RFB considerou que os juros moratórios equivalentes à taxa SELIC incidentes sobre verba indenizatória definida em acordo homologado judicialmente são receitas financeiras e devem ser computados na base de cálculo tanto para fins do PIS quanto da COFINS. Como consequência, a CESP reconheceu o montante de R\$ 124.800 como despesa de PIS e COFINS incidente sobre os juros moratórios da verba indenizatória do acordo, em contrapartida ao passivo, que foram liquidados em 30 de outubro de 2023.

Apesar dos pagamentos dos referidos tributos, a Companhia, amparada por seus assessores jurídicos, mantém o entendimento da não incidência IRPJ/CSLL e PIS/COFINS sobre os ganhos referente à atualização da verba indenizatória e está se preparando para questionar judicialmente a decisão da RFB, com pleito de restituição dos valores pagos, em razão do entendimento diverso acerca da natureza dos montantes recebidos sobre a verba indenizatória decorrente do referido acordo judicial.

(c) Homologação de acordos judiciais

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram homologados acordos judiciais nas esferas cível, ambiental e trabalhista na Companhia, que resultaram na reversão de provisão para litígios, gerando um efeito positivo no resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”, em contrapartida à rubrica “Provisão para litígios” no montante de R\$ 186.625 (R\$ 121.192, líquido dos efeitos tributários).

(d) Alteração do indexador dos fundos de pensão

Em 08 de maio de 2023, foi publicada a Portaria PREVIC nº 351, a qual aprovou a alteração do indexador dos fundos de pensão Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão – PSAP/CESP B1, CNPB nº 1979.0027-38, administrados pela Vivest, de forma a autorizar a mudança no índice de reajuste dos benefícios do plano do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (“IGP-DI”) para Índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). A alteração aprovada pela PREVIC constituiu mais um passo da Companhia na administração do passivo atuarial, visando um melhor equilíbrio na indexação entre os ativos e obrigações dos planos de pensão da Companhia. A nova regra passou a valer a partir de 1º de junho de 2023, com um período de transição até janeiro de 2031, quando vencem as Notas do Tesouro Nacional – Sério C (“NTN-C”) do plano. A Companhia reavalia anualmente as premissas de passivo atuarial, sendo que para fins exclusivos dos efeitos da alteração do indexador aqui reportado no passivo atuarial registrado de acordo com o CPC 33, não existem impactos relevantes em 31 de dezembro de 2023 oriundos dessa alteração.

1.2.2 Principais eventos societários

(a) Aumento de capital em controladas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia aumentou o capital social da sua controlada Jaíba V no montante de R\$ 1.330.000, em linha com as demandas do projeto Solar, conforme movimentação a seguir:

Período	Controladas	Transferência via caixa
Fevereiro	Jaíba V Holding S.A.	36.000
Março	Jaíba V Holding S.A.	10.000
Maio	Jaíba V Holding S.A.	140.000
Junho	Jaíba V Holding S.A.	110.000
Julho	Jaíba V Holding S.A.	288.000
Agosto	Jaíba V Holding S.A.	266.000
Setembro	Jaíba V Holding S.A.	260.000
Outubro	Jaíba V Holding S.A.	147.000
Novembro	Jaíba V Holding S.A.	73.000
		1.330.000

(b) Pagamento e deliberação de dividendos

Em 30 de maio de 2023, 11 de julho de 2023, a Companhia pagou dividendos no valor de R\$ 970.452 a sua controladora Auren, referente aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2022.

Em 02 de junho de 2023, em Reunião do Conselho de Administração, foram deliberados dividendos adicionais, a serem pagos a sua controladora Auren, no montante de R\$ 1.529.548, à conta de reserva de lucros, liquidados em 28 julho e 19 de dezembro de 2023.

2 Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais e resumo das práticas contábeis

2.1 Declaração de Conformidade

(a) Demonstrações financeiras consolidadas e individuais

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais, equivalentes às demonstrações financeiras padronizadas contidas no Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”), foram preparadas tomando-se por base as práticas contábeis adotadas no Brasil, que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPCs”), aprovados pela Comissão de valores Mobiliários (“CVM”) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (Internacional Financial Reporting Standards (“IFRS”)) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) (atualmente denominadas “normas contábeis IFRS”) incluindo as interpretações emitidas pelo IFRS Interpretations Committee “IFRIC”, ou pelo seu órgão antecessor, Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

O Conselho de Administração da Companhia aprovou a emissão destas demonstrações financeiras consolidadas e individuais, em 07 de fevereiro de 2024, autorizando sua divulgação.

2.2 Base de apresentação

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, ajustes para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real (R\$).

2.4 Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes.

(a) Controladas

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas da Companhia são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

A seguir a tabela de empresas controladas incluídas na consolidação destas demonstrações financeiras:

	2023		2022		Tipo de investimento	Local da sede	Atividade principal
	Capital total	Capital votante	Capital total	Capital votante			
Comercialização							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Comercialização de energia elétrica
Geração solar							
Jaiba V Holding S.A.	100%	100%	100%	100%	Direto	São Paulo - Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba C Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CE Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CN Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba CS Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L1 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba L2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NE3 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba NO2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba S Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SE2 Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
Jaiba SO Energias Renováveis S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	Minas Gerais-Brasil	Geração de energia elétrica
SF401 Participações Societárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo -Brasil	Holding
SF648 Participações Societárias S.A.	100%	100%	100%	100%	Indireto	São Paulo -Brasil	Holding

2.5 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

(a) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas

Novas normas, interpretações e alterações às normas contábeis vigentes a partir de 1º de janeiro de 2023 foram adotadas e não tiveram impactos relevantes nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia.

Alterações no CPC 32 / IAS 12 “Tributos sobre o lucro”

A Companhia adotou a partir de 1º de janeiro de 2023, a alteração ao CPC 32 / IAS 12 a qual requer o reconhecimento de impostos diferidos sobre as transações que dão origem ao reconhecimento inicial de um ativo ou um passivo, resultando em valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis, como contratos de arrendamento ou obrigação de descomissionamento de ativos.

(b) Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis vigentes a partir de 2023

A Companhia e suas controladas analisaram as emendas às normas contábeis mencionadas abaixo e não identificaram impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

- (i) CPC 50 – Contratos de seguros – Adoção inicial;
- (ii) CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis – Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.;
- (iii) CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Prover *guidance* sobre a distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis;
- (iv) CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture - Prover *guidance* para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.

(c) Normas e interpretações contábeis ainda não adotadas pela Companhia:

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2024, para as quais não se espera efeitos significativos para a Companhia e suas controladas:

Pronunciamentos alterados	Natureza da alteração
CPC 06 - Arrendamento	Especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém.
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: (i) o que se entende por direito de adiar a liquidação; (ii) que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras; (iii) que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar; (iv) que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de <i>covenants</i> futuros dentro de doze meses.
CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: evidenciação	Esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo Internacional Sustainability Standards Board (“ISSB”) - IFRS S1 e IFRS S2

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023 (“Resolução 193”), a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão internacional ISSB - IFRS S1 e S2:

- (i) IFRS S1 (*General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information*) estabelece requisitos gerais para que as empresas divulguem informações sobre riscos e oportunidades significativos relacionados à sustentabilidade;

- (ii) IFRS S2 (*Climate-related Disclosures*) tem foco nos riscos e oportunidades relacionados ao clima incorpora as recomendações da *Task Force on Climate-related Financial Disclosures* (“TCFD”) e métricas derivadas dos padrões SASB referem-se as aberturas nas demonstrações financeiras sobre informações materiais relacionadas a riscos e oportunidades em temas climáticos e de sustentabilidade.

Pronunciamentos	Principais aspctos
IFRS S1	Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos
IFRS S2	Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

As organizações poderão adotar a divulgação em caráter voluntário a partir de janeiro de 2024. A Administração da Companhia e suas controladas realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, conforme estabelecido na Resolução 193.

3 Estimativas e julgamentos contábeis e críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

Nota explicativa	Conta contábil
11	Imobilizado
12	Intangível
14	Imposto de renda e contribuição social diferidos
16	UBP - Uso do bem público
17	Obrigações socioambientais
18	Benefícios pós-emprego
19	Provisão para litígios

4

Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre controladas e coligadas, no consolidado, e é reconhecida contabilmente pelo seu valor justo.

A Companhia e sua controlada CESP Comercializadora seguem a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que a entidade deve reconhecer receita para representar a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da Companhia e sua controlada são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema interligado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida das controladas da Companhia (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

A Companhia e sua controlada operam nos seguintes mercados de energia elétrica:

Contratos bilaterais: representados por venda de energia a consumidores e agentes comercializadores em ambiente de contratação livre.

Contratos *wholesale*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da garantia física da Companhia.

Operações de *trading*: representados por venda de energia, no ambiente de contratação livre, decorrente da compra de energia a mercado.

Contratos regulados: representados por contratos de venda de energia firmados nos leilões do ambiente regulado.

Energia de curto prazo – CCEE: decorre da contabilização do mercado de curto prazo, ou seja, as diferenças entre recurso e requisito de energia, valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”).

Receita líquida e energia vendida

	Consolidado			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos <i>wholesale</i> (i)	1.387.732	389.931	6.236.884	1.558.758
Partes relacionadas (Nota 20)	4.565.614	537.704	1.841.375	185.208
Operações de <i>trading</i>	-	-	967.972	215.885
Contratos regulados	2.014.800	613.584	2.017.255	572.162
Energia de curto prazo - CCEE	-	31.759	-	32.162
	<u>7.968.146</u>	<u>1.572.978</u>	<u>11.063.486</u>	<u>2.564.175</u>
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	-	32.584	-	18.850
Outras receitas	-	4.183	-	4.798
	-	36.767	-	23.648
	<u>7.968.146</u>	<u>1.609.745</u>	<u>11.063.486</u>	<u>2.587.823</u>
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	-	(148.843)	-	(236.397)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(144)	-	(31.959)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(52.174)	-	(40.043)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(12.679)	-	(17.110)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.927)	-	(5.435)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	(1.321)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(209)	-	(205)
	-	(219.976)	-	(332.470)
Receita líquida	<u>7.968.146</u>	<u>1.389.769</u>	<u>11.063.486</u>	<u>2.255.353</u>

	Controladora			
	2023		2022	
	MWh (*)	R\$ Mil	MWh (*)	R\$ Mil
Receita bruta				
Receitas com energia				
Contratos <i>wholesale</i>	1.387.732	392.912	3.111.761	705.693
Partes relacionadas (Nota 20)	3.872.222	404.199	2.588.957	635.832
Contratos regulados	2.014.800	613.584	2.017.255	572.097
Energia de curto prazo - CCEE	-	31.820	-	22.288
	<u>7.274.754</u>	<u>1.442.515</u>	<u>7.717.973</u>	<u>1.935.910</u>
Suprimento em regime de cotas - UHE Paraibuna	-	32.584	-	18.850
Outras receitas	-	4.182	-	4.865
	-	36.766	-	23.715
	<u>7.274.754</u>	<u>1.479.281</u>	<u>7.717.973</u>	<u>1.959.625</u>
Deduções sobre a receita bruta				
PIS e COFINS sobre receitas operacionais	-	(136.759)	-	(180.315)
ICMS sobre receitas operacionais	-	(314)	-	(10.055)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	-	(52.174)	-	(40.043)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	(12.679)	-	(17.110)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	(5.927)	-	(5.435)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	-	-	-	(1.321)
Imposto sobre serviços - ISS	-	(209)	-	(205)
	-	(208.062)	-	(254.484)
Receita líquida	<u>7.274.754</u>	<u>1.271.219</u>	<u>7.717.973</u>	<u>1.705.141</u>

(*) MWh Megawatt-hora – não auditado.

- (i) A variação negativa da receita refere-se à cessão de contratos realizada em 2022 para a Auren Comercializadora.

5 Custos e despesas

	Consolidado					
	2023			2022		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	(161.853)	-	-	-	(161.853)	(831.172)
Encargos de uso da rede elétrica	(221.533)	-	-	-	(221.533)	(209.484)
Depreciação e amortização	-	(387.637)	(2.774)	-	(390.411)	(404.119)
Pessoal	-	(22.698)	(36.817)	-	(59.515)	(85.366)
Pessoal	-	(22.698)	(36.817)	-	(59.515)	(85.366)
Materiais	-	(2.499)	(728)	-	(3.227)	(2.442)
Materiais	-	(2.499)	(728)	-	(3.227)	(2.442)
Serviços	-	(22.409)	(35.465)	-	(57.874)	(58.366)
Serviços de terceiros	-	(17.690)	(34.974)	-	(52.664)	(56.750)
Serviços de manutenção e conservação	-	(4.719)	(491)	-	(5.210)	(1.616)
Outros	-	(4.348)	(10.534)	(4.154)	(19.036)	(4.689)
Aluguéis	-	(1.088)	(194)	-	(1.282)	(2.715)
Seguros	-	-	(4.051)	-	(4.051)	(4.250)
Impostos, taxas e contribuições	-	(514)	(1.266)	-	(1.780)	(3.496)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(2.746)	(5.023)	(4.154)	(11.923)	5.772
Demais despesas	-	-	-	141.427	141.427	312.760
Baixa de ativos disponíveis para venda	-	-	-	(50)	(50)	-
Baixa de imobilizado	-	-	-	(10.696)	(10.696)	-
Contratos futuros de energia	-	-	-	-	-	8.209
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União	-	-	-	-	-	634.614
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos	-	-	-	-	-	(385.890)
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa	-	-	-	-	-	(248.724)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	230.924
Reversão (provisão) para litígios (i)	-	-	-	137.655	137.655	59.969
Benefício pós emprego	-	-	-	-	-	(87)
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	-	-	-	-	-	20.148
Recuperação de tributos	-	-	-	2.201	2.201	-
Provisão para obrigações socioambientais	-	-	-	2.611	2.611	(3.907)
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	-	7.280	7.280	-
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	2.426	2.426	(2.496)
Total	(383.386)	(439.591)	(86.318)	137.273	(772.022)	(1.282.878)

	Controladora					
	2023			2022		
	Custo com energia elétrica	Custo com operação	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	Total	Total
Energia comprada	(55.662)	-	-	-	(55.662)	(298.538)
Encargos de uso da rede elétrica	(221.130)	-	-	-	(221.130)	(209.484)
Depreciação e amortização	-	(387.637)	(2.696)	-	(390.333)	(404.074)
Pessoal	-	(22.698)	(34.122)	-	(56.820)	(81.117)
Pessoal	-	(22.698)	(34.122)	-	(56.820)	(81.117)
Materiais	-	(2.783)	(706)	-	(3.489)	(2.782)
Materiais	-	(2.783)	(706)	-	(3.489)	(2.782)
Serviços	-	(22.409)	(33.090)	-	(55.499)	(59.168)
Serviços de terceiros	-	(17.690)	(32.624)	-	(50.314)	(55.286)
Serviços de manutenção e conservação	-	(4.719)	(466)	-	(5.185)	(3.882)
Outros	-	(4.064)	(9.003)	(3.936)	(17.003)	1.619
Aluguéis	-	(1.088)	(193)	-	(1.281)	(2.168)
Seguros	-	-	(4.051)	-	(4.051)	(4.258)
Impostos, taxas e contribuições	-	(514)	(993)	-	(1.507)	(2.985)
Outras (despesas) e receitas, líquidas	-	(2.462)	(3.766)	(3.936)	(10.164)	11.030
Demais despesas	-	-	-	141.427	141.427	304.638
Baixa de ativos disponíveis para venda	-	-	-	(50)	(50)	-
Baixa de imobilizado	-	-	-	(10.696)	(10.696)	-
Reversão de <i>impairment</i> de ativos indenizáveis pela União	-	-	-	-	-	634.614
Baixa de ativos não indenizáveis - terrenos	-	-	-	-	-	(385.890)
Baixa de ativos não indenizáveis - canal e eclusa	-	-	-	-	-	(248.724)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i> de ativo imobilizado e intangível	-	-	-	-	-	230.924
Reversão (provisão) para litígios	-	-	-	137.655	137.655	59.969
Ganho na migração benefícios pós emprego (Nota 18.3)	-	-	-	-	-	20.148
Recuperação de tributos	-	-	-	2.201	2.201	-
Provisão para obrigações socioambientais	-	-	-	2.611	2.611	(3.907)
Ganho na venda de ativo imobilizado	-	-	-	7.280	7.280	-
Baixa de depósitos judiciais	-	-	-	2.426	2.426	(2.496)
Total	(276.792)	(439.591)	(79.617)	137.491	(658.509)	(748.906)

- (i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados detalhados na Nota 1.2.1 (c).

5.1 Energia comprada e encargos de uso da rede elétrica

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada				
Energia comprada para revenda	(3.452)	(543.385)	(7.588)	(167.339)
Partes relacionadas (Nota 20.1)	(109.505)	(30.313)	(7)	(95.703)
Operações de <i>trading</i>	-	(221.978)	-	-
Prêmio repactuação do risco hidrológico	(30.524)	(28.852)	(30.524)	(28.852)
Energia de curto prazo - CCEE	(18.372)	(6.644)	(17.543)	(6.644)
	<u>(161.853)</u>	<u>(831.172)</u>	<u>(55.662)</u>	<u>(298.538)</u>
Uso da rede elétrica				
Encargos de uso da rede elétrica	(221.533)	(209.484)	(221.130)	(209.484)
	<u>(221.533)</u>	<u>(209.484)</u>	<u>(221.130)</u>	<u>(209.484)</u>
	<u>(383.386)</u>	<u>(1.040.656)</u>	<u>(276.792)</u>	<u>(508.022)</u>

6 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Compreendem principalmente os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variações monetárias e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

6.1 Composição

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2023	2022	2023	2022
Receitas financeiras					
Atualização monetária de ativos indenizáveis pela União	9	262.264	2.421.617	262.264	2.421.617
Rendimentos sobre equivalentes de caixa, aplicações financeiras e conta reserva		289.894	87.613	229.098	74.902
Atualização monetária sobre depósitos judiciais		12.751	13.907	12.666	13.907
Realização de ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis	9	11.518	1.860	11.518	1.860
Reversão do ajuste a valor presente pela securitização	9	218.444	-	218.444	-
Outras receitas financeiras		4.708	3.969	4.575	2.552
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro - Indenização de Três Irmãos		(124.800)	-	(124.800)	-
(-) PIS e COFINS sobre resultado financeiro		(13.855)	(4.494)	(11.022)	(3.838)
		<u>660.924</u>	<u>2.524.472</u>	<u>602.743</u>	<u>2.511.000</u>
Despesas financeiras					
Ajuste a valor presente dos ativos indenizáveis pela União	9	-	(231.822)	-	(231.822)
Juros e encargos sobre financiamentos e debêntures (i)	15.3	(123.128)	(117.005)	(111.069)	(117.005)
Atualização monetária sobre financiamentos e debêntures	15.3	(83.344)	(95.836)	(83.344)	(95.836)
Atualização monetária sobre provisão para litígios	19	(45.877)	(96.892)	(45.859)	(96.892)
Atualização do saldo de benefícios pós-emprego	18.3	(175.163)	(159.869)	(175.163)	(159.869)
Custo financeiro da securitização	9	(236.595)	-	(236.595)	-
Atualização monetária sobre acordos judiciais		(501)	(3.705)	(501)	(3.705)
Realização do ajuste a valor presente sobre obrigações socioambientais	17	(14.041)	(10.702)	(14.041)	(10.702)
Baixa de atualização monetária de depósitos judiciais		(2.919)	(2.497)	(2.903)	(2.497)
Atualização P&D - projetos		(724)	(680)	(724)	(680)
Ajuste a valor presente sobre UBP - Uso do bem público	16	(3.754)	(5.400)	(3.754)	(5.400)
Outras despesas financeiras		(14.891)	(15.834)	(11.401)	(15.000)
		<u>(700.937)</u>	<u>(740.242)</u>	<u>(685.354)</u>	<u>(739.408)</u>
		<u>(40.013)</u>	<u>1.784.230</u>	<u>(82.611)</u>	<u>1.771.592</u>

- (i) A O montante total de juros sobre empréstimos e financiamentos, relativo ao exercício findo 31 de dezembro de 2023, foi de R\$ 125.090. Desse total, o montante de R\$ 1.962 foi capitalizado ao imobilizado em construção.

7 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e fundo de liquidez – conta reserva

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos, indexados à taxa de depósito interbancário.

7.1 Composição

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Caixa				
Caixa e bancos	1.671	2.068	378	611
Equivalentes de caixa				
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.045.075	536.057	777.954	449.531
Quota de fundos de investimento (i)	338.283	578.427	86.884	140.428
	1.383.358	1.114.484	864.838	589.959
Caixa e equivalentes de caixa	1.385.029	1.116.552	865.216	590.570
Aplicações financeiras				
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	-	105.347	-	105.347
	-	105.347	-	105.347
Fundo de liquidez - Conta reserva (ii)				
Não circulante	14.823	-	-	-
	14.823	-	-	-
	1.399.852	1.221.899	865.216	695.917

Em 31 de dezembro de 2023, os CDBs possuem taxa de remuneração entre 98,0% e 103,8% do CDI (99% e 102,77% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

- (i) As quotas de fundo de investimento pertencem ao fundo exclusivo da Votorantim, Fundo Aquilae e BNB Soberano. As operações são compostas substancialmente por títulos públicos e operações compromissadas, os quais apresentaram taxa média de remuneração de 99,70% CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (100,31% CDI em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Os contratos de financiamentos do projeto solar Sol de Jaíba, exigem um fundo de liquidez composto previamente a cada parcela de desembolso e deverá ser mantido durante todo o prazo de vigência dos contratos de financiamento.

7.2 Qualidade de crédito dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	Consolidado		Rating local	
	2023	2022	2023	2022
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras				
AAA	1.399.837	1.221.782	865.201	695.848
AA	15	117	15	69
	1.399.852	1.221.899	865.216	695.917

Os ratings decorrentes de classificação local e global foram extraídos de agências de rating (*Standard&Poor's* ("S&P"), *Moody's*, e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das agências.

8 Contas a receber

Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e sua controlada CESP Comercializadora. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa.

Mensalmente, a área de Pós Vendas da Companhia analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como perdas esperadas.

Os valores a receber negociados pela Companhia e sua controlada CESP Comercializadora, normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

8.1 Composição

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Contratos bilaterais	176	140.463	-	56.603
Contratos bilaterais - partes relacionadas (Nota 20.1)	42.413	25.621	32.973	59.544
Leilões de energia	116.792	71.456	116.794	71.456
Energia de curto prazo - CCEE	10.806	13.199	9.381	10.491
	170.187	250.739	159.148	198.094

Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, a Companhia e sua controlada CESP Comercializadora não possuem saldos cujo recebimento seja considerado duvidoso, e dessa forma nenhuma provisão para perdas com tais recebíveis foi constituída.

8.2 Vencimentos de contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
A vencer	167.958	248.930	156.919	197.471
Vencidos até 3 meses	837	1.809	837	623
Vencidos acima de 6 meses	1.392	-	1.392	-
	170.187	250.739	159.148	198.094

9 Ativos indenizáveis pela União

	Consolidado e controladora	
	2023	2022
Saldo no início do exercício	3.909.017	-
Reclassificação de ativos sujeito à indenização	-	1.717.362
Atualização de acordo de ativos indenizáveis (Nota 6) (i)	262.264	2.421.617
Constituição de ajuste a valor presente sobre valores a receber	-	(231.822)
Realização de ajuste a valor presente (Nota 6)	11.518	1.860
Acordo homologado a receber atualizado	4.182.799	3.909.017
Reversão do ajuste a valor presente pela securitização (Nota 1.2.1 (a)) (Nota 6)	218.444	-
Recebimento de acordo pela securitização (Nota 1.2.1 (a))	(4.164.648)	-
Custo financeiro da securitização (Nota 1.2.1 (a)) (Nota 6)	(236.595)	-
Saldo no final do exercício	-	3.909.017
Circulante	-	161.856
Não circulante	-	3.747.161
	-	3.909.017

(i) A atualização foi realizada pela taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC).

10 Investimentos

Política contábil

As demonstrações financeiras refletem os ativos, passivos e transações da Controladora e suas controladas diretas e indiretas ("subsidiárias"). As subsidiárias são consolidadas quando a Companhia está exposta ou tem direitos sobre retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de direcionar as atividades significativas da investida. Os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados.

Os investimentos em entidades controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que elas se tornam sua controlada.

10.1 Composição

	Informações em 31 de dezembro de 2023			Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Percentual de participação votante e total (%)	Resultado de equivalência patrimonial		Saldo	
				2023	2022	2023	2022
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial							
Controladas							
CESP Comercializadora de Energia S.A.	89.991	13.335	100	13.335	14.969	89.991	79.823
Jaíba V Holding S.A.	1.841.930	17.690	100	17.690	2.690	1.841.930	498.441
				31.025	17.659	1.931.921	578.264

10.2 Movimentação

	Controladora	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	578.264	68.410
Equivalência patrimonial	31.025	17.659
Integralização de capital em investida	-	496.075
Aumento de capital em controladas (Nota 1.2.2 (a))	1.330.000	-
Dividendos mínimos obrigatórios propostos das investidas		
CESP Comercializadora de Energia S.A.	(3.167)	(3.555)
Jaíba V Holding S.A.	(4.201)	(325)
Saldo final do exercício	1.931.921	578.264

10.3 Informações sobre empresas investidas

Apresentamos a seguir, o resumo das informações financeiras das controladas nos exercícios findos em dezembro de 2023 e de 2022:

	CESP Comercializadora de Energia S.A.		Jaíba V Holding S.A.	
	2023	2022	2023	2022
Ativo circulante	131.194	207.345	21.309	1.573
Ativo não circulante	1.105	1.248	1.825.519	497.184
Total do ativo	132.299	208.593	1.846.828	498.757
Passivo circulante	(42.308)	(128.770)	(4.885)	(354)
Passivo não circulante	-	-	(13)	(13)
Patrimônio líquido	(89.991)	(79.823)	(1.841.930)	(498.390)
Total do passivo e patrimônio líquido	(132.299)	(208.593)	(1.846.828)	(498.757)
Receita líquida	438.264	1.166.193	-	-
Custos e despesas operacionais	(428.864)	(1.149.762)	-	1.335
Imposto de renda e contribuição social	(6.637)	(9.984)	(198)	(1)
Resultado financeiro	10.571	8.523	919	56
Lucro líquido do exercício	13.335	14.969	17.690	1.390

11 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Desta forma os ativos são depreciados com base nas vidas úteis definidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Custos socioambientais

Refere-se aos custos socioambientais relativos à Licença de Operação da UHE Porto Primavera, relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da referida UHE. Para estes custos foi elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos são amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

11.1 Composição e movimentação

									Consolidado	
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Em andamento (i)	2023	2022
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	75.303	14.285.071	14.210.950
Provisão para <i>impairment</i>	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.525.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)
Saldo líquido inicial do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	75.303	5.731.313	5.722.424
Adições (i)	-	-	-	-	-	-	-	1.819.712	1.819.712	15.533
Baixas	-	(94)	(781)	(9.779)	(21)	(21)	-	-	(10.696)	-
Remensurações	-	-	-	-	-	-	(24.133)	-	(24.133)	25.435
Transferências (ii)	-	(24)	175	7.371	810	491	-	(10.487)	(1.664)	-
Depreciação	(7.792)	(166.560)	(44.685)	(75.062)	(88)	(125)	(29.767)	-	(324.079)	(319.808)
Reversão para <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.924
Empresas incluídas na consolidação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	56.805
Saldo final do exercício	230.409	3.873.838	462.316	633.562	1.685	2.254	101.861	1.884.528	7.190.453	5.731.313
Custo	302.747	8.750.576	2.262.945	2.623.442	8.400	3.615	199.322	1.884.528	16.068.290	14.285.071
Provisão para <i>impairment</i>	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.215.058)
Depreciação acumulada	(41.039)	(4.191.374)	(1.568.581)	(1.723.533)	(6.715)	(1.361)	(97.461)	-	(7.662.779)	(7.338.700)
Saldo líquido final do exercício	230.409	3.873.838	462.316	633.562	1.685	2.254	101.861	1.884.528	7.190.453	5.731.313
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%			

	Controladora									
	Terrenos	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações, obras civis e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Custos socioambientais	Em andamento	2023	2022
Custo	302.747	8.750.749	2.265.448	2.657.751	6.119	3.499	223.455	12.586	14.222.354	14.210.950
Provisão para <i>impairment</i>	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.445.982)
Depreciação acumulada	(33.247)	(4.024.869)	(1.525.793)	(1.680.372)	(5.135)	(1.590)	(67.694)	-	(7.338.700)	(7.042.544)
Saldo líquido inicial do exercício	238.201	4.040.516	507.607	711.032	984	1.909	155.761	12.586	5.668.596	5.722.424
Adições	-	-	-	-	-	-	-	14.104	14.104	35.056
Baixas	-	(94)	(781)	(9.779)	(21)	(21)	-	-	(10.696)	-
Remensuração desmobilização de ativos	-	-	-	-	-	-	(24.133)	-	(24.133)	-
Transferências (ii)	-	(24)	175	7.371	810	491	-	(10.487)	(1.664)	-
Depreciação	(7.792)	(166.560)	(44.685)	(75.062)	(88)	(125)	(29.767)	-	(324.079)	(319.808)
Reversão para <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	230.924
Saldo final do exercício	230.409	3.873.838	462.316	633.562	1.685	2.254	101.861	16.203	5.322.128	5.668.596
Custo	302.747	8.750.576	2.262.945	2.623.442	8.400	3.615	199.322	16.203	14.167.250	14.222.354
Provisão para <i>impairment</i>	(31.299)	(685.364)	(232.048)	(266.347)	-	-	-	-	(1.215.058)	(1.215.058)
Depreciação acumulada	(41.039)	(4.191.374)	(1.568.581)	(1.723.533)	(6.715)	(1.361)	(97.461)	-	(7.630.064)	(7.338.700)
Saldo líquido final do exercício	230.409	3.873.838	462.316	633.562	1.685	2.254	101.861	16.203	5.322.128	5.668.596
Taxas médias anuais de depreciação - %	3,3%	2,7%	2,3%	2,9%	5,4%	3,9%	10,0%			

(i) As adições que ainda não resultaram em saída de caixa (compõem o saldo em aberto de fornecedores) perfazem o valor de R\$ 114.655. O saldo de adições deve-se substancialmente à construção do projeto Sol de Jaíba.

(ii) Em 2023 o saldo refere-se as transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado para a classe de “Softwares” do intangível.

11.2 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores estimados por avaliadores independentes.

O efeito líquido da primeira adoção do custo atribuído para todas as usinas que a Companhia detinha a concessão à época resultou em um aumento no ativo imobilizado, porém individualmente para UHE Porto Primavera o resultado foi uma redução em seu respectivo ativo imobilizado. Com o fim das demais concessões, o saldo remanescente é, substancialmente, o saldo da UHE Porto Primavera de R\$ 821.546 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 857.179 em 31 de dezembro de 2022), que será realizado pela transferência para a conta de Lucros acumulados, à medida da depreciação ou realização daqueles ativos, e cuja movimentação foi a seguinte:

	Custo atribuído	Impostos diferidos	Consolidado e controladora Patrimônio Líquido
Saldo inicial em 1 de janeiro de 2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realizações acumuladas	(4.852.033)	1.649.691	(3.202.342)
Saldo final em 31 de dezembro de 2022	(1.298.755)	441.576	(857.179)
Realização no exercício (depreciação)	53.989	(18.356)	35.633
Saldo final em 31 de dezembro de 2023	(1.244.766)	423.220	(821.546)

11.3 Teste de ativos imobilizado e intangível para verificação de *impairment*

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Companhia e suas controladas para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia utilizou as premissas a seguir nos testes quantitativos:

a) Premissas utilizadas no teste de *impairment*

O valor recuperável dos ativos imobilizados da Companhia foi determinado utilizando o conceito de valor em uso, que representa uma avaliação econômica por meio do método de fluxo de caixa descontado onde foram estimadas as receitas e despesas futuras decorrentes do uso dos ativos imobilizados durante sua vida útil e até o fim das concessões. Este fluxo de caixa foi realizado no nível da usina de Porto Primavera (UGC), entendido pela Administração como o menor grupo identificável de ativos que geram entradas e saídas de caixa.

A metodologia de cálculo do *impairment* considera:

- (i) Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para a usina (UGC), considerado como o menor nível de geração de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente da concessão detida pela Companhia, incluindo o período de prorrogação.
- (ii) Na UHE Porto Primavera, o contrato de concessão não prevê indenização ao final da concessão em 2056, e consequentemente, não foram considerados no cálculo quaisquer entradas de caixa a título de indenização.
- (iii) Como a concessão da UHE Paraibuna encerrou em 05 de maio de 2022, e atualmente a Companhia está operando a mesma em caráter temporário, essa usina não foi incluída no escopo dos testes de *impairment* do exercício de 2023.

A taxa de desconto, em termos reais, utilizada no cálculo do fluxo de caixa foi de 7,81% a.a. *pre-tax* (7,27% a.a. *pre-tax* no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), considerada pela Administração da Companhia como compatível com o mercado. As principais premissas utilizadas no teste de *impairment* são, principalmente, o GSF (*Generation Scaling Factor*) e o preço de energia.

b) Resultados do teste de *impairment*

Após determinar o valor recuperável de cada UGC, a Companhia comparou-o com o valor contábil da respectiva usina. Como resultado foi constatado que não há *impairment* a ser reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (em 31 de dezembro de 2022, houve reversão de provisão de *impairment* no montante de R\$ 230.924 no ativo imobilizado, com reconhecimento no resultado do exercício na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”, referente à UHE Porto Primavera).

12 Intangível

Política contábil

Software e licença de uso

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

Repactuação risco hidrológico

Refere-se a extensão do prazo de concessão da UHE Porto Primavera, após a homologação do prazo de extensão de outorga das usinas hidrelétricas participantes do MRE, pela ANEEL, em 14 de setembro de 2021, conforme cálculos da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), referente às novas condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica estabelecidas pela Lei nº 14.052, publicada em 09 de setembro de 2020, que alterou a Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015.

UBP - Uso do bem público

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de Uso do Bem Público – UBP.

O registro contábil é feito no momento da assinatura do contrato de concessão, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente.

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

Direito de outorga

O Decreto no 9.271, de 25 de janeiro de 2018, regulamentou a outorga de contrato de concessão no Setor Elétrico associada à privatização de titular de concessão de serviço público de geração de energia elétrica e, em seu

artigo 3º, estabeleceu que a minuta de contrato de concessão deve ser aprovada pela ANEEL e integrar o Edital do Leilão de privatização da pessoa jurídica (UHE Porto Primavera).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear, pelo prazo remanescente da concessão.

12.1 Composição e movimentação

							Consolidado
	Software e licença de uso	Repactuação risco hidrológico	UBP - Uso do bem público		Em andamento		
				Outorga		2023	2022
Custo	31.223	808.108	177.053	1.398.703	2.419	2.417.506	2.423.081
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)	(299.452)
Amortização acumulada	(27.195)	(81.817)	(21.178)	(162.963)	-	(293.153)	(209.820)
Saldo líquido inicial do exercício	4.028	426.839	155.875	1.235.740	2.419	1.824.901	1.913.809
Adições	-	-	-	2.526	477	3.003	491
Remensurações	-	-	2.842	-	-	2.842	(6.066)
Transferências	1.762	-	-	-	(98)	1.664	-
Amortização	(1.897)	(21.411)	(4.817)	(38.060)	-	(66.185)	(83.333)
Saldo final do exercício	3.893	405.428	153.900	1.200.206	2.798	1.766.225	1.824.901
Custo	32.985	796.349	179.895	1.401.229	2.798	2.413.256	2.417.506
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)	(299.452)
Amortização acumulada	(29.092)	(91.469)	(25.995)	(201.023)	-	(347.579)	(293.153)
Saldo líquido final do exercício	3.893	405.428	153.900	1.200.206	2.798	1.766.225	1.824.901
Taxas médias anuais de amortização - %	20,0%	2,9%	3,3%	3,3%			

	Controladora						
	Software e licença de uso	Repactuação risco hidrológico	UBP – Uso do bem público		Em andamento		
				Outorga		2023	2022
Custo	30.836	808.108	177.053	1.398.703	2.419	2.417.119	2.423.081
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)	(299.452)
Amortização acumulada	(27.150)	(81.817)	(21.178)	(162.963)	-	(293.108)	(209.820)
Saldo líquido inicial do exercício	3.686	426.839	155.875	1.235.740	2.419	1.824.559	1.913.809
Adições	-	-	-	2.526	460	2.986	111
Remensuração do uso do bem público	-	-	2.842	-	-	2.842	(6.066)
Ativações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	1.762	-	-	-	(98)	1.664	-
Amortização	(1.819)	(21.411)	(4.817)	(38.060)	-	(66.107)	(83.295)
(Provisão)/Reversão de <i>impairment</i>	-	-	-	-	-	-	-
Saldo final do exercício	3.629	405.428	153.900	1.200.206	2.781	1.765.944	1.824.559
Custo	32.598	796.349	179.895	1.401.229	2.781	2.412.852	2.417.119
Provisão para <i>impairment</i>	-	(299.452)	-	-	-	(299.452)	(299.452)
Amortização acumulada	(28.969)	(91.469)	(25.995)	(201.023)	-	(347.456)	(293.108)
Saldo líquido final do exercício	3.629	405.428	153.900	1.200.206	2.781	1.765.944	1.824.559
Taxas médias anuais de amortização-%	20,0%	2,9%	3,3%	3,3%			

13 Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Energia comprada para revenda	10.028	61.582	9.315	19.799
Energia comprada para revenda - Partes relacionadas (Nota 20.1)	7.300	12.883	116	7.237
Encargos de uso da rede elétrica	22.877	22.484	22.877	22.484
Fornecedores de materiais e serviços	122.591	22.283	17.110	16.464
Fornecedores de materiais e serviços - partes relacionadas (Nota 20.1)	1.480	333	1.067	331
	164.276	119.565	50.485	66.315

14 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda e a contribuição social. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Companhia também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

a) Incertezas sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

As regras e regulamentos de tributos sobre lucro podem ser interpretados de forma diferente pelas autoridades fiscais, podendo ocorrer interpretações divergentes entre as autoridades fiscais e as companhias. Portanto, o IFRIC 23 - *Uncertainty over Income Tax Treatments* (ICPC 22) visa tratar especificamente da contabilização e divulgação das incertezas relacionadas aos tributos sobre o lucro, imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos, buscando mais transparência, consistência e comparabilidade das demonstrações financeiras.

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela Administração da companhia, principalmente relacionados a diferentes interpretações sobre aplicabilidade e montantes de deduções e adições à base de cálculo de IRPJ e CSLL. Com base na melhor forma de estimar a resolução da incerteza, a companhia avalia cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto de temas onde há interdependência quanto ao resultado esperado.

Com base em avaliações técnicas, se for provável que as autoridades fiscais aceitem um tratamento fiscal incerto, os valores registrados nas demonstrações financeiras são consistentes com a escrituração fiscal e, portanto, nenhuma incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro correntes ou diferidos. Caso não seja provável, a incerteza é refletida na mensuração dos tributos sobre o lucro nas demonstrações financeiras.

No exercício findo em 2023, a Companhia não identificou efeitos contábeis com probabilidade provável de o tratamento fiscal não ser aceito.

b) Composição dos saldos de impostos diferidos

Os saldos registrados até 31 de dezembro de 2023 de créditos diferidos sobre prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social diferidos e diferenças temporárias estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração para o período das concessões, as quais são revisadas anualmente, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

As projeções, as quais levam em conta o prazo limite de cada concessão, adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia, contratos de fornecimento de energia a consumidores livres, a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

A estimativa utilizada para as análises é o Planejamento estratégico que demonstra que a Companhia gerará lucros tributáveis até o final da concessão superiores ao montante total de créditos fiscais. É possível observar que os prejuízos fiscais e base negativa tem estimativa de serem recuperados em sua totalidade até 2046.

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Imposto de renda e contribuição social				
Créditos tributários sobre diferenças temporárias				
Prejuízos fiscais e base negativa	773.260	1.053.214	773.260	1.052.523
Provisão de <i>impairment</i>	510.046	510.046	510.046	510.046
Provisão ativo regulatório	275.685	275.685	275.685	275.685
Provisão para litígios	333.964	402.058	333.964	402.058
AVP de acordos de ativos indenizáveis	(1.599)	78.187	(1.599)	78.187
Obrigações socioambientais	61.625	76.992	61.625	76.992
Outras provisões	50.292	44.597	50.080	44.401
Débitos tributários sobre diferenças temporárias				
Repactuação de risco hidrológico	(234.772)	(242.052)	(234.772)	(242.052)
Atualização de saldo de depósitos judiciais	(13.555)	(16.257)	(13.555)	(16.257)
Atualização de benefícios pós-emprego	-	(2.203)	-	(2.203)
Obrigações socioambientais	(34.633)	(52.959)	(34.633)	(52.959)
Efeito em outros resultados abrangentes				
Benefícios pós-emprego	555.249	431.940	555.249	431.940
Custo atribuído de imobilizado	423.220	441.576	423.220	441.576
Líquido	2.698.782	3.000.824	2.698.570	2.999.937
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	2.698.782	3.000.824	2.698.570	2.999.937
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	-	-	-	-

c) Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

Um julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros esperados, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros esperados, segue abaixo estimativa de realização do tributo diferido ativo registrado sobre o prejuízo fiscal e base negativa em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado					Total
	2024	2025 a 2027	2028 a 2030	2031 a 2033	A partir de 2034 até 2046	
Realização de diferido com efeito em resultado						
Créditos tributários						
Prejuízo fiscal e base negativa	(69.080)	69.422	83.100	112.708	577.111	773.260
Demais ajustes temporários	126.073	407.588	350.968	381.901	658.992	1.925.522
	<u>56.993</u>	<u>477.010</u>	<u>434.068</u>	<u>494.609</u>	<u>1.236.103</u>	<u>2.698.782</u>

d) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	3.000.824	3.408.893	2.999.937	3.401.864
Efeitos no resultado	(405.703)	(306.973)	(405.028)	(300.882)
Efeitos em outros componentes do resultado abrangente				
Entidade de previdência à empregados	103.661	(101.045)	103.661	(101.045)
Empresa incorpora incluída na consolidação	-	(51)	-	-
Saldo final do exercício	<u>2.698.782</u>	<u>3.000.824</u>	<u>2.698.570</u>	<u>2.999.937</u>

e) Reconciliação da despesa

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	577.734	2.756.705	561.124	2.745.486
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(196.430)	(937.280)	(190.782)	(933.465)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos				
Equivalência patrimonial	-	-	10.549	6.004
Exclusões (adições) temporárias sem constituição de diferido	(110)	-	-	-
Incentivo fiscal	2.137	393	1.566	(81)
Indenização da Usina Hidrelétrica de Três Irmãos	(823.325)	823.350	(823.325)	823.350
Impairment	-	30.423	-	30.423
Baixa de ativos indenizáveis pela União	-	(215.769)	-	(215.769)
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(9.377)	(11.301)	(8.502)	(9.331)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre itens sem constituição de tributos diferidos				
Outras adições (exclusões) temporárias, líquidas	-	96	-	-
IRPJ e CSLL apurados	<u>(1.027.105)</u>	<u>(310.088)</u>	<u>(1.010.494)</u>	<u>(298.869)</u>
Correntes	(621.401)	(3.115)	(605.466)	2.013
Diferidos	(405.703)	(306.973)	(405.028)	(300.882)
IRPJ e CSLL no resultado	<u>(1.027.104)</u>	<u>(310.088)</u>	<u>(1.010.494)</u>	<u>(298.869)</u>
Taxa efetiva - %	(177,78%)	11,25%	(180,08%)	10,89%

15 Financiamentos e debêntures

Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

15.1 Composição

Consolidado										
2023										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	75.004	(483)	528	75.049	75.004	(483)	-	74.521	152.998
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	-	(5.014)	29.625	24.611	1.891.967	(28.414)	-	1.863.553	1.743.621
BNB	IPCA + 5,45% a.a. (i)	669	(90)	158	737	347.539	(3.016)	13.862	358.385	474.688
		75.673	(5.587)	30.311	100.397	2.314.510	(31.913)	13.862	2.296.459	2.371.307

Controladora										
2023										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	75.004	(483)	528	75.049	75.004	(483)	-	74.521	152.998
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	-	(5.014)	29.625	24.611	1.891.967	(28.414)	-	1.863.553	1.743.621
		75.004	(5.497)	30.153	99.660	1.966.971	(28.897)	-	1.938.074	1.896.619

Consolidado e controladora										
2022										
Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante				Não circulante				Valor justo
		Principal	Custo de captação	Encargos	Total	Principal	Custo de captação	Encargos	Total	
Debêntures - 11ª emissão	CDI + 1,64% a.a.	75.000	(483)	1.162	75.679	150.000	(966)	-	149.034	231.215
Debêntures - 12ª emissão	IPCA + 4,30% a.a.	-	(5.015)	28.935	23.920	1.808.624	(33.429)	-	1.775.195	1.547.357
		75.000	(5.498)	30.097	99.599	1.958.624	(34.395)	-	1.924.229	1.778.572

- (i) No contrato de financiamento do BNB há a previsão de um bônus de adimplência de 0,85%, que será aplicado quando a parcela da dívida for liquidada até a data de seu respectivo vencimento.

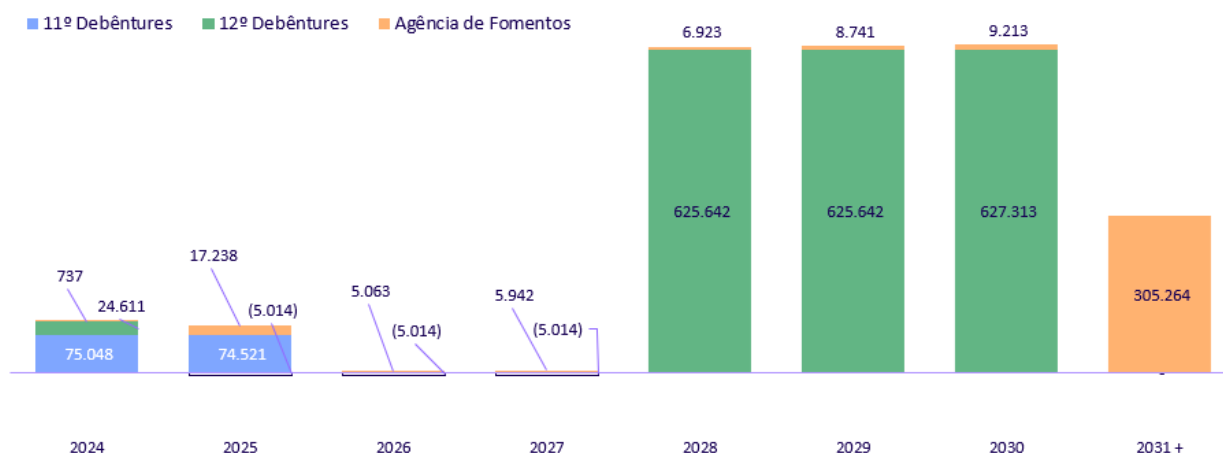
BNB – Banco do Nordeste

CDI – Certificado de Depósito Interbancário

IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

15.2 Perfil de vencimento

O perfil de vencimento da dívida apresenta o saldo a ser pago, sendo considerada a amortização do principal e a projeção de juros.



15.3 Movimentação

	Consolidado		Controladora	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial do exercício	2.023.828	1.995.913	2.023.828	1.995.913
Captações	348.208	-	-	-
Adição dos custos de captação	(3.174)	-	-	-
Provisão de juros e encargos de dívidas	125.090	117.005	111.069	117.005
Atualização monetária	83.344	95.836	83.344	95.836
Apropriação dos custos de captação	5.565	5.498	5.498	5.498
Liquidações	(74.993)	(75.000)	(74.993)	(75.000)
Juros pagos	(111.012)	(115.424)	(111.012)	(115.424)
Saldo final do exercício	2.396.856	2.023.828	2.037.734	2.023.828

15.4 Principais captações

Projeto Sol de Jaíba

Em setembro de 2022, quatro controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba celebraram contratos de financiamento com o Banco do Nordeste (“BNB”), no montante total de R\$ 300.000, para o financiamento do projeto das referidas controladas, ao custo de IPCA + 5,27% a.a., com vencimento em setembro de 2046 e amortizações mensais a partir outubro de 2024. A primeira liberação de recursos desses contratos, no montante de R\$ 180.000, ocorreu em março de 2023.

Em 30 de junho de 2023, outras duas controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba celebraram contratos de financiamentos com o BNB, no montante total de R\$ 200.000, ao custo de IPCA + 5,73% a.a., com vencimento em julho de 2047 e amortizações mensais a partir de agosto de 2025. Até o momento, não ocorreram liberações decorrentes desses financiamentos. A primeira liberação de recursos desses contratos, no montante de R\$ 168.000, ocorreu em dezembro de 2023.

Em 27 de dezembro de 2023, outras quatro controladas pertencentes ao projeto Sol de Jaíba celebraram, contratos de financiamentos com o BNB, no montante total de R\$ 330.000, ao custo ponderado de IPCA + 6,25% a.a., com vencimento em janeiro de 2047 e amortizações mensais, a partir de fevereiro de 2025. Até o momento, não ocorreram liberações decorrentes desses financiamentos.

Conforme previsto nos contratos, para garantir o pagamento de quaisquer obrigações financeiras decorrentes desses financiamentos foram contratadas fianças bancárias, em adição às contas reservas do serviço da dívida.

Não há *covenants* financeiros previstos nesses contratos, porém outras obrigações restritivas e cláusulas de vencimento antecipado são constantemente monitoradas.

15.5 Garantias

Projeto	Modalidade	Garantia
Sol de Jaíba	BNB	Fiança bancária; Contas reservas.

15.6 Condições restritivas

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas ao cumprimento de *covenants* financeiros, contudo, os contratos de financiamentos e debêntures contém *covenants* restritivos e cláusulas de vencimento antecipado.

A Administração da Companhia e de suas controladas, monitora constantemente esses índices, sendo que em 31 de dezembro de 2023 não existe qualquer descumprimento dessas condições.

16 UBP - Uso do bem público

Política contábil

De acordo com o Contrato de Concessão de Uso do Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2019 – ANEEL que regula a exploração da UHE Porto Primavera, a Companhia tem a obrigação de pagamento de UBP de 2,50% sobre a receita bruta durante 5 anos.

O montante de UBP é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

A concessão teve início em 15 de abril de 2019 e tem vigência pelo período de 37 anos. O pagamento do UBP é mensal a partir do 13º mês após o início do contrato.

16.1 Composição e movimentação

	Consolidado e controladora			
	UBP	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo inicial do exercício	92.144	(5.590)	86.554	129.993
Realização do ajuste a valor presente	-	3.754	3.754	5.400
Reavaliação do fluxo de desembolso	2.624	219	2.843	(6.066)
Pagamentos	(44.424)	-	(44.424)	(42.773)
Saldo final do exercício	50.344	(1.617)	48.727	86.554
Circulante	38.549	-	38.549	43.465
Não circulante	11.795	(1.617)	10.178	43.089
	50.344	(1.617)	48.727	86.554

17 Obrigações socioambientais

Política contábil

Os custos socioambientais relativos à Licença de Operação ("LO") Nº 121/2000 da UHE Porto Primavera renovada em 2018, são relacionados a atividades de monitoramento e conservação das áreas próximas as instalações da UHE incluindo reflorestamento e programas sociais. Para esses custos é elaborada a melhor estimativa para os desembolsos futuros, trazida a valor presente e registrada em contrapartida do ativo imobilizado. Esses custos serão amortizados pelo prazo da licença de operação (10 anos).

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado, desde que atenda ao critério de reconhecimento como uma obrigação. Portanto, esse tipo de passivo é definido como sendo uma obrigação presente da Companhia que surgiu de eventos passados. Essas obrigações são relativas aos Termos de Ajuste de Conduta ("TAC") firmados com Ministério Público e que não estão contidas nas condicionantes da Licença de Operação.

17.1 Composição e movimentação

	Consolidado e controladora				
	Licença ambiental	Termo de ajuste de conduta (TAC)	(-) Ajuste a valor presente	2023	2022
Saldo inicial do exercício	226.447	50.648	(49.592)	227.503	225.838
Reavaliação do fluxo de desembolso - licença ambiental	(29.921)	-	5.788	(24.133)	25.435
Reavaliação do fluxo de desembolso - TAC	-	(2.611)	-	(2.611)	2.113
Pagamentos	(15.277)	(7.532)	-	(22.809)	(36.585)
Realização do ajuste a valor presente	-	-	14.041	14.041	10.702
Saldo final do exercício	181.249	40.505	(29.763)	191.991	227.503
Circulante	34.245	7.616	-	41.861	40.560
Não Circulante	147.004	32.889	(29.763)	150.130	186.943
	181.249	40.505	(29.763)	191.991	227.503

18 Benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria aos seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Vivest (antiga Fundação CESP) é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela Companhia.

Os planos de benefícios foram constituídos na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). O plano de benefícios BD mais relevante é o denominado BSPS (Benefício Suplementar Proporcional Saldado) constituído em 1997.

Política contábil

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33 (R) / IAS 19 – Benefícios a Empregados.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido o valor justo dos ativos do plano.

Os ganhos e perdas atuariais são registrados diretamente no Patrimônio líquido sob a rubrica “Outros Resultados Abrangentes”. Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório de atuário independente.

Diferenças entre as metodologias PREVIC e CPC 33

O comparativo das metodologias de cálculo segundo o CPC 33 e a metodologia PREVIC - Resolução CNPC nº 30/2018 e Portaria PREVIC nº 300, de 12/04/2019, está demonstrado abaixo:

Metodologia	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Metodologia de Cálculo do Passivo Atuarial	Utilizado o método atuarial Crédito Unitário Projetado para apurar o valor presente da obrigação do plano.	Utilizado o método atuarial Agregado para apurar o valor presente da obrigação do plano.
Metodologia de definição do Ativo	Utilizado o Valor Justo dos Ativos que considera os ativos marcados à mercado.	Utilizado o valor contábil do ativo constante no balancete.
Metodologia de Definição da Taxa de Desconto	Taxa definida com base nos títulos de longo prazo (NTN-Bs) posicionados em 31/12/2023	Taxa definida com base no corredor instituído pela Previc na Portaria Previc nº 337/2020

Também é apresentado o comparativo das hipóteses atuariais nas duas metodologias na mensuração do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023:

Hipóteses	Relatório CPC 33 (R1)	PREVIC
Taxa de desconto anual	9,03% a.a (5,34% a.a. real)	4,88% a.a.
Taxa de inflação anual de longo prazo	3, 50% a.a	3,75% a.a
Crescimento Real dos Salários	N/A em função do saldamento do plano	N/A em função do saldamento do plano
Crescimento Real da Unidade de Referência	3,50% a.a	N/A
Mortalidade Geral	AT-2000 Basic, segregada por sexo	AT-2000 Basic, segregada por sexo
Mortalidade de Inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%	AT 49 agravada em 10%
Entrada em Invalidez	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%	Mercer Disability segregada por sexo suavizada em 50%
Rotatividade	N/A em função do saldamento do plano	N/A em função do saldamento do plano
Entrada em Aposentadoria	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos	Tempo de Serviço junto a Previdência Social - Homens: 35 anos / Mulheres: 30 anos
Composição Familiar	Tempo de filiação ao plano - 15 anos ExpCF_2014	Tempo de filiação ao plano - 15 anos ExpCF_2014

Considerando as hipóteses acima, o passivo atuarial em 31 de dezembro de 2023 da CESP, calculado com base no CPC 33 é de R\$1.633.085, enquanto o passivo atuarial estimado com base na metodologia PREVIC correspondente exclusivamente à parcela da patrocinadora CESP seria de R\$ 1.384.896.

Demonstração do passivo a ser registrado de acordo com o CPC 33 (R1) / IAS 19

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuário independente em 31 de dezembro de 2023, seguindo os critérios determinados pelo CPC 33 (R1) / IAS 19, a composição de ativos e passivos relativos à cobertura dos planos de benefícios definidos – BD é como segue:

Premissas atuariais

	2023			2022		
	BSPS	BD	CV	BSPS	BD	CV
Premissas:						
Taxa utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	9,03%	9,03%	9,03%	9,65%	9,65%	9,65%
Taxa de retorno esperado sobre os ativos do plano	9,03%	9,03%	9,03%	9,65%	9,65%	9,65%
Taxa real utilizada para o desconto a valor presente do passivo atuarial	5,34%	5,34%	5,34%	6,20%	6,20%	6,20%
Taxa de crescimento salarial	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Taxa de inflação de longo prazo	3,50%	3,50%	3,50%	3,25%	3,25%	3,25%
Taxa de rotatividade	N/A em função do saldamento do plano			N/A em função do saldamento do plano		
Tábua de mortalidade	AT 2000 segregada por sexo			AT 2000 segregada por sexo		
	Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%			Mercer Disability segregada por sexo, suavizada em 50%		
Tábua de entrada em invalidez						
Tábua de mortalidade de inválidos	AT - 1949 - Masculina agravada em 10%			AT - 1949 - Masculina agravada em 10%		
Quantidade de participantes:						
Nº de participantes ativos	20	62	62	24	57	55
Nº de participantes inativos - aposentados sem ser por invalidez	3.494	1.644	931	3.582	1.636	911
Nº de participantes inativos - aposentados por invalidez	103	44	15	107	45	15
Nº de participantes inativos - pensionistas	1.040	194	64	982	184	61

Avaliação atuarial

Na avaliação atuarial dos planos foi adotado o método do crédito unitário projetado. O ativo líquido dos planos de benefícios é avaliado pelos valores de mercado (marcação a mercado).

Planos BSPS – Cobertura vigente até 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido relativa a um Benefício Saldado em 31 de dezembro de 1997 abrangendo, portanto, somente os participantes inscritos até aquela data, e que tinha como base a cobertura de 100% da média salarial final. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é exclusiva da Patrocinadora CESP.

Plano BD – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de cobertura na modalidade de Benefício Definido, na base de 70% da média salarial final aos inscritos após 31 de dezembro de 1997 e proporcional tempo de serviço acumulado após 31 de dezembro de 1997 para os inscritos até esta data. A responsabilidade pelas insuficiências atuariais é de acordo com a legislação vigente, que atualmente remete à proporção das contribuições feitas ao plano entre Patrocinador de um lado e participantes (incluindo os assistidos) de outro, o que resulta em menos do que 50% como responsabilidade da Patrocinadora CESP, já que os auto-patrocinados estão incluídos entre os participantes.

Plano CV – Cobertura vigente após 31 de dezembro de 1997

Trata-se de suplementação adicional que será concedida concomitantemente com os demais benefícios e terá como base o saldo da conta de aposentadoria total do participante, multiplicado por um fator de conversão, que dependerá da opção do participante. As opções de recebimento de renda são:

1. Renda mensal vitalícia sem continuação aos beneficiários;
2. Renda mensal vitalícia com continuação aos beneficiários;

3. Renda mensal por prazo certo que poderá ser de 10,15 ou 20 anos;
4. Renda mensal em percentual do saldo de 0,10% a 2,00%

O participante poderá optar por receber até 25% do saldo da conta em pagamento único, desde que o saldo remanescente não gere uma renda inferior a 10% da unidade de referência CESP.

Cálculo e movimentações

Análise de sensibilidade	BSPS	BD	CV	Total
Efeito sobre a obrigação de benefício definido se:				
Taxa de desconto for reduzida em 0,5%	5.584.078	884.725	133.032	6.601.835
Taxa de desconto for aumentada em 0,5%	5.179.967	798.242	117.353	6.095.562
Fluxos de caixa projetados	BSPS	BD	CV	Total
Estimativa das contribuições da patrocinadora para o plano no ano seguinte	139.838	1.083	1.753	142.674
Pagamentos esperados de benefícios dos planos:				
2024	520.271	64.296	8.997	593.564
2025	528.237	72.443	13.508	614.188
2026	535.209	74.514	13.830	623.553
2027	540.961	76.559	14.158	631.677
2028	545.352	78.554	14.507	638.412
2029 a 2033	2.739.013	424.332	77.395	3.240.740

	Consolidado e controladora					
	BSPS		BD		CV	
Valor justo dos ativos do plano de benefícios	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Ativos						
Recebível	1.156.647	5.384.917	12.027	837.013	16.582	133.879
Investimento	4.062.516	4.112.423	835.949	828.726	117.882	116.147
	5.219.163	9.497.340	847.976	1.665.739	134.464	250.026
Passivos						
Obrigações	(121.764)	-	(3.996)	-	(144)	-
Fundos não previdenciais	(313)	(500)	-	(1.309)	-	-
Saldo de conta CD	-	-	(3.628)	(4.255)	(10.779)	(4.320)
Valor justo	5.097.086	9.496.840	840.352	1.660.175	123.541	245.706

18.1 Conciliação dos ativos e passivos

	Consolidado e controladora				
	2023		2022		
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Valor da obrigação atuarial líquida	5.375.080	839.681	124.869	6.339.630	6.212.731
Valor justo dos ativos dos planos	(3.801.121)	(804.452)	(100.972)	(4.706.545)	(4.948.800)
Total do passivo líquido	1.573.959	35.229	23.897	1.633.085	1.263.931

18.2 Demonstração do passivo atuarial

	Consolidado e controladora			
				2023
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	5.241.721	841.793	129.217	6.212.731
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 18 (4))	529.047	84.330	12.750	626.127
Contribuições dos participantes do plano	301	1.348	-	1.649
Benefícios pagos pelo plano	(564.002)	(70.748)	(9.595)	(644.345)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 18 (5))	168.013	(17.042)	(7.503)	143.468
Obrigação total no exercício	5.375.080	839.681	124.869	6.339.630
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(4.036.148)	(814.419)	(98.234)	(4.948.801)
Juros sobre ativos do plano (Nota 18 (4))	(366.269)	(75.495)	(9.200)	(450.964)
Contribuições do patrocinador	(107.604)	(1.766)	(1.525)	(110.895)
Contribuições dos participantes do plano	(301)	(1.348)	-	(1.649)
Benefícios pagos pelo plano	564.002	70.748	9.595	644.345
Rendimento dos ativos do plano (Nota 18 (5))	145.199	17.828	(1.608)	161.419
Valor justo dos ativos dos planos	(3.801.121)	(804.452)	(100.972)	(4.706.545)
Total do passivo líquido	1.573.959	35.229	23.897	1.633.085

	Consolidado e controladora			
				2022
	BSPS	BD	CV	Total
Saldo inicial do valor presente das obrigações	6.677.895	1.068.343	151.027	7.897.265
Custo do serviço corrente (Nota 18 (4))	-	-	87	87
Juros sobre a obrigação atuarial (Nota 18 (4))	539.926	87.727	12.885	640.538
Efeito da migração sobre a obrigação (Nota 18 (4))	(20.148)	-	-	(20.148)
Benefícios pagos efeito da migração	(1.209.173)	(155.492)	(16.779)	(1.381.444)
Benefícios pagos pelo plano	(561.217)	(72.103)	(9.350)	(642.670)
(Ganhos) /perdas atuariais (Nota 18 (5))	(185.563)	(86.682)	(8.654)	(280.899)
Obrigação total no exercício	5.241.720	841.793	129.216	6.212.729
Saldo inicial do valor justo dos ativos do plano	(5.032.732)	(972.822)	(106.212)	(6.111.766)
Juros sobre ativos do plano (Nota 18 (4))	(394.171)	(77.768)	(8.730)	(480.669)
Contribuições do patrocinador	(57.470)	-	(699)	(58.169)
Efeito da migração sobre o ativo (Nota 18 (4))	922.540	141.312	11.577	1.075.429
Benefícios pagos efeito da migração	-	-	-	-
Benefícios pagos pelo plano	561.217	72.103	9.350	642.670
Rendimento dos ativos do plano (Nota 18 (4e))	(35.528)	22.755	(3.520)	(16.293)
Valor justo dos ativos dos planos	(4.036.144)	(814.420)	(98.234)	(4.948.798)
Total do passivo líquido	1.205.576	27.373	30.982	1.263.931

18.3 Movimentação do passivo atuarial

	Consolidado e controladora	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	1.263.931	1.785.499
Custo do serviço corrente	-	87
Juros sobre a obrigação atuarial	175.163	159.869
Contribuições pagas	(110.896)	(58.169)
Atualização de mensuração atuarial	304.887	(297.192)
Efeito migração planos CD	-	(306.015)
Liquidação	-	(20.148)
Efeito da migração ganhos atuariais (Nota 5)	-	(20.148)
Saldo final do exercício	1.633.085	1.263.931

18.4 Componentes do resultado do exercício

	Consolidado e controladora				
				2023	2022
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Custo do serviço corrente	-	-	-	-	87
Custo de juros sobre a obrigação	529.047	84.330	12.750	626.127	640.538
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(366.269)	(75.495)	(9.200)	(450.964)	(480.669)
Efeito da migração sobre a obrigação e o ativo	-	-	-	-	(20.148)
(Receita)/ despesa estimada para o exercício	162.778	8.835	3.550	175.163	139.808

18.5 Movimentação de outros resultados abrangentes (ORA)

	Consolidado e controladora				
				2023	2022
	BSPS	BD	CV	Total	Total
Perda atuarial de evolução do passivo, incluindo liquidações rotineiras	(163.646)	(87.309)	(20.196)	(271.151)	348.358
Perda atuarial de alterações de premissas	331.659	70.267	12.693	414.619	(629.257)
Rendimento de ativos (maior)/menor que os juros líquidos reconhecidos	145.199	17.828	(1.608)	161.419	(16.293)
Movimento em ORA durante o exercício (Nota 21.4 (b))	313.212	786	(9.111)	304.887	(297.192)
Efeitos de tributos diferidos	(106.492)	(267)	3.098	(103.661)	101.045
Efeito líquido em outros resultados abrangentes	206.720	519	(6.013)	201.226	(196.147)

18.6 Despesa / (receita) estimada para 2024 (não auditado)

Abaixo é demonstrada a despesa estimada para o exercício de 2024, com base na avaliação atuarial de atuário independente em 31 de dezembro de 2023:

	Consolidado e controladora			
				2024
	BSPS	BD	CV	Total
Custo atual do serviço	-	(377)	51	(326)
Custo de juros sobre a obrigação	461.880	72.920	10.869	545.669
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(326.065)	(69.804)	(8.791)	(404.660)
Despesa estimada para o exercício	135.815	2.739	2.129	140.683

19 Provisão para litígios

Política contábil

A Companhia possui processos administrativos e judiciais em diferentes esferas, tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais e em análises realizadas internamente, constituiu provisões para aquelas demandas cuja probabilidade de perda é estimada como provável.

As provisões para as perdas classificadas como prováveis, são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada), decorrente de eventos passados; (ii) seja provável que haverá saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado com segurança. Os processos cuja probabilidade de perda é classificada como possível e não são provisionados, sendo os montantes divulgados em nota explicativa. As estimativas de risco atribuídas a processos judiciais são baseadas na avaliação e fundamentada na opinião, de seus consultores jurídicos internos e externos.

A partir de 2022, como parte da evolução do processo ligado ao provisionamento das causas, a Companhia passou a efetuar a segregação dos saldos entre o circulante e o não circulante, tendo como base, essencialmente, a fase processual em que as causas estão (fase avançada de execução ou cumprimento de sentença).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, refletindo as avaliações atuais do mercado, do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. Variações na estimativa dos valores provisionados são reconhecidas no resultado do exercício.

19.1 Composição e movimentação

Em 31 de dezembro de 2023, os litígios, nas suas diferentes naturezas, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de perda estimada e o risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado abaixo.

						Consolidado
						2023 2022
	Trabalhistas	Tributárias	Ambientais	Cíveis	Total	Total
Saldo inicial do exercício	77.493	5.258	53.884	1.046.723	1.183.358	1.329.360
Atualizações (Nota 6)	5.639	384	5.096	34.758	45.877	96.884
Provisão / (reversão) (i)	7.968	1.538	2.274	(158.829)	(147.049)	(59.969)
(-) Pagamentos	(26.161)	(139)	(15.233)	(57.538)	(99.071)	(182.917)
Saldo final do exercício	64.939	7.041	46.021	865.114	983.115	1.183.358
Circulante	39.003	1.057	2.192	65.489	107.741	170.376
Não circulante	25.936	5.984	43.829	799.625	875.374	1.012.982
Saldo no final do exercício	64.939	7.041	46.021	865.114	983.115	1.183.358

- (i) A variação é explicada, principalmente, pela reversão de provisão, conforme acordos homologados mencionados na Nota 1.2.1 (c).

O contencioso passivo é objeto de reavaliações constantes, pois sua mensuração é atrelada ao andamento das respectivas ações judiciais e acordos com as contrapartes. Desse modo, a Companhia e suas controladas buscam refletir em suas demonstrações financeiras, com o mínimo de defasagem possível, o status atual das perdas consideradas como prováveis.

19.2 Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A composição por natureza dos processos com probabilidade de perda avaliada como possível, para os quais não há provisão contabilizada, é demonstrada a seguir:

		Consolidado	
		Perda possível	
	Principais ações	2023	2022
Cíveis	Desapropriações, indenizações e obrigação de fazer, sobretudo em razão da implantação dos empreendimentos cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	792.331	786.832
Tributárias	Execução fiscal, processos administrativos e auto de infração.	456.377	478.655
Ambientais	Medidas reparatórias de supostos danos ambientais cuja execução esteve ou está sob responsabilidade da Companhia.	306.380	342.555
Trabalhistas	Responsabilidades subsidiárias, sobretudo em razão de contratação de terceiros.	39.249	34.680
		1.594.337	1.642.722

Independente do prognóstico em relação à probabilidade de perda nos processos, a Companhia e suas controladas continuam atentas a oportunidades de acordos e negociações que se mostrem atrativas e viáveis, buscando a redução do passivo contencioso e sempre de acordo com critérios técnicos e disciplina financeira.

A Administração da Companhia e suas controladas, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas demonstrações financeiras ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

20 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Companhia e suas controladas em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas controladas.

20.1 Composição

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Resultado			
	Circulante		Circulante		Vendas		Custos e serviços	
Empresas	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	41.367	25.594	-	-	523.284	184.368	-	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	19	-	-	-	342	-	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	8	-	-	-	200	-	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	268	-	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	-	30	-	-
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823	-	-	-
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074	-	-	-
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489	-	-	-
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186	-	-	-
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629	-	-	-
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	158	-	-	-	2.130	-	-	-
Ventos de Santo Virgílio O2 Energias Renováveis S.A.	125	-	-	-	1.685	-	-	-
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	-	-	323	-	-	-
	42.413	25.621	-	-	537.704	185.208	-	-
Fornecedores - compras de energia								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	-	-	1.039	-	-	-	(13.406)	(2.312)
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	-	-	27	-	-	-	(224)	-
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	-	-	154	-	-	-	(1.283)	-
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	-	-	43	-	-	-	(353)	-
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	-	-	249	-	-	-	(2.078)	-
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	-	-	203	-	-	-	(1.694)	-
Ventos de Santa Alexandrina Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.147	-	-	(161)	(5.872)
Ventos de São Bernardo Energias Renováveis S.A.	-	-	2.294	1.376	-	-	(36.347)	(5.655)
Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.710	-	-	-	(1.710)
Ventos de Santo Antero Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.173	-	-	(47)	(4.601)
Ventos de Santo Apolinário Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.104	-	-	(139)	(3.261)
Ventos de São Ciriaco Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.698	-	-	(6)	(1.698)
Ventos de Santo Alderico Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.314	-	-	(52)	(1.314)
Ventos de Santo Alfredo Energias Renováveis S.A.	-	-	1.431	969	-	-	(23.105)	(1.498)
Ventos de São Caio Energias Renováveis S.A.	-	-	-	1.172	-	-	(411)	(1.172)
Ventos de São Ciro Energias Renováveis S.A.	-	-	1.860	1.220	-	-	(30.199)	(1.220)
	-	-	7.300	12.883	-	-	(109.505)	(30.313)
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A. (i)	-	-	1.480	333	-	-	(7.292)	(6.333)
	-	-	1.480	333	-	-	(7.292)	(6.333)
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	-	970.452	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	273	278	-	-	-	-
	-	-	273	970.730	-	-	-	-
	42.413	25.621	9.053	983.946	537.704	185.208	(116.797)	(36.646)

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Resultado			
	Circulante		Circulante		Vendas (Nota 4)		Custos e serviços (Nota 5.1)	
Empresas	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Contas a receber de clientes - Venda de energia e serviços								
Auren Comercializadora de Energia Ltda.	2.689	5.842	-	-	37.812	62.673	-	-
CESP Comercializadora de Energia S.A.	29.238	53.702	-	-	352.290	573.159	-	-
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	61	-	-	-	823	-	-	-
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	113	-	-	-	1.524	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	151	-	-	-	2.034	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	39	-	-	-	523	-	-	-
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	80	-	-	-	1.074	-	-	-
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	110	-	-	-	1.489	-	-	-
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	88	-	-	-	1.186	-	-	-
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	121	-	-	-	1.629	-	-	-
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	158	-	-	-	2.130	-	-	-
Ventos de Santo Virgílio 02 Energias Renováveis S.A.	125	-	-	-	1.685	-	-	-
	32.973	59.544	-	-	404.199	635.832	-	-
Dividendos a receber								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	3.167	4.644	-	-	-	-	-	-
Jaiba V Holding S.A.	4.201	-	-	-	-	-	-	-
	7.368	4.644	-	-	-	-	-	-
Fornecedores - compras de energia								
CESP Comercializadora de Energia S.A.	-	-	-	7.237	-	-	(7)	(95.703)
	-	-	-	7.237	-	-	(7)	(95.703)
Fornecedores - serviços								
Votorantim S.A. (i)	-	-	1.067	331	-	-	(4.895)	(5.547)
	-	-	1.067	331	-	-	(4.895)	(5.547)
Dividendos a pagar								
Auren Energia S.A.	-	-	-	735.000	-	-	-	-
Acionistas não controladores	-	-	273	235.730	-	-	-	-
	-	-	273	970.730	-	-	-	-
	40.341	64.188	1.340	978.298	404.199	635.832	(4.902)	(101.250)

- (i) Referem-se a atividades compartilhadas pelo Centro de Excelência Votorantim S.A. (“VSA”), relacionados às atividades administrativas, recursos humanos, contabilidade, impostos, assistência técnica e tecnologia da informação. Essas atividades beneficiam todas as empresas do Grupo Votorantim e são reembolsadas à VSA com base na proporção do custo das atividades efetivamente prestados à Companhia.

20.2 Remuneração do pessoal chave da Administração

As despesas relacionadas a remuneração do pessoal-chave da Administração estão apresentadas no quadro a seguir:

	Controladora e consolidado	
	2023	2022
Remuneração fixa e variável (i)	685	8.775
Encargos sociais	38	1.773
	723	10.548

- (i) É composta pela remuneração fixa (salários e honorários, férias e 13º salário), variável (bônus e participação nos resultados), e dos benefícios com assistência médica e odontológica, vales alimentação e refeição e seguro de vida.

A Companhia considera pessoal-chave da Administração os membros: (i) da Diretoria Estatutária e não estatutária e (ii) do Conselho de Administração, composto por três membros.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social integralizado é de R\$ 6.471.508 é composto por 348.711.494 ações ordinárias.

Conforme mencionado na Nota 1.1, o único acionista da Companhia é a Auren Energia S.A.:

	Quantidade de ações - Em unidades		
	Capital social integralizado	Ordinárias	%
Acionista controlador			
Auren Energia S.A.	6.469.410	348.598.439	99,9676%
Outros			
Ações em tesouraria	2.098	113.055	0,0324%
	6.471.508	348.711.494	100%

21.2 Reservas de capital

	Controladora e Consolidado	
	2023	2022
Remuneração das Imobilizações em andamento - Capital Próprio	1.929.098	1.929.098

Refere-se ao montante remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios, utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

21.3 Reservas de lucros

	Consolidado e controladora	
	2023	2022
Reserva legal (a)	402.560	402.560
Reserva estatutária (b)	597.543	597.543
Retenção de lucros (c)	774.481	2.789.032
	1.774.584	3.789.135

- a) A Reserva legal é constituída através da retenção de 5% do lucro do exercício social, até o limite de 20% do Capital social;
- b) A parcela do lucro líquido remanescente poderá ser destinada à formação de reserva para contingências, nos termos das normas aplicáveis;
- c) O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a conta de retenção de lucros, conforme projeções de fluxo de caixa e orçamentos de capital da Companhia aprovados em Assembleia Geral, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e alterações posteriores.

21.4 Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*) e outros resultados abrangentes

	Consolidado e controladora	
	2023	2022
Custo atribuído ao imobilizado - líquido de impostos diferidos (a)	(821.546)	(857.179)
Outros resultados abrangentes (b)	(1.389.126)	(1.187.900)
	(2.210.672)	(2.045.079)

a) Ajuste de avaliação patrimonial (*deemed cost*)

De acordo com o ICPC 10, em 1º de janeiro de 2009, o efeito líquido da variação do valor do ativo imobilizado (incremento para alguns ativos, e decréscimo para outros), pela adoção do custo atribuído (Nota 11.2), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de “Ajustes de avaliação patrimonial”. A depreciação é contabilizada na rubrica de “Lucros acumulados” e eventual baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

b) Outros resultados abrangentes

A partir da adoção do CPC 33 (R1) - Benefício pós-emprego, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos no patrimônio líquido.

	Consolidado e controladora	
	2023	2022
Saldo inicial do exercício	(1.187.900)	(1.384.047)
Ajuste CPC 33 (R1) no exercício	(304.887)	297.193
(-) IRPJ e CSLL diferidos	103.661	(101.046)
	(201.226)	196.147
Saldo final do exercício	(1.389.126)	(1.187.900)

21.5 Ações em tesouraria

Em 30 de outubro de 2019, a Companhia divulgou Fato Relevante informando que, naquela data, o Conselho de Administração aprovou o programa de recompra de ações ordinárias e preferenciais de classe A de sua emissão.

Nos termos do Programa de Recompra, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, adquirir (i) até 218.000 (duzentas e dezoito mil) ações preferenciais classe A nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 2,95% do total dessa classe de ação e 0,07% do capital social total da Companhia; e (ii) até 40.000 (quarenta mil) ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, correspondentes a 0,04% do total dessa classe de ação e 0,01% do capital social total da Companhia.

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou recompra de ações em tesouraria no montante de R\$ 3.332, referente à 25.977 ações ordinárias e 84.514 ações preferenciais classe A.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía em tesouraria 113.055 ações ordinárias de sua emissão, após a conversão das ações preferenciais A e B em ações ordinárias.

22 Instrumentos financeiros e gestão de risco

22.1 Instrumentos financeiros por categoria

a) Ativos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: custo amortizado, valor justo por meio do resultado e valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação dos ativos financeiros da empresa no reconhecimento inicial.

i) Custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

ii) Valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

iii) Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

b) Passivos financeiros – classificação, reconhecimento e mensuração

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros nas seguintes categorias: (i) mensurados ao custo amortizado e (ii) valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros mantidos para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado e suas variações, incluindo juros, são reconhecidas no resultado. As variações em outros passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo juros e variação cambial, são reconhecidas no resultado na rubrica de “receitas (despesas) financeiras” exceto pela variação cambial reconhecida como “variações cambiais, líquidas”. Os passivos financeiros são baixados quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou expiradas. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida nas demonstrações do resultado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria e correspondente nível de enquadramento na hierarquia de mensuração pelo valor justo:

		Consolidado		Controladora	
	Nível	2023	2022	2023	2022
Ativos					
Ao custo amortizado					
Contas a receber de clientes (Nota 8)		170.187	250.739	159.148	198.094
Ativo sujeito à indenização		21.799	21.799	21.799	21.799
		191.986	272.538	180.947	219.893
Ao valor justo por meio do resultado (i)					
Equivalentes de caixa (Nota 7)	1	1.383.358	1.114.484	864.838	589.959
Aplicações financeiras (Nota 7)	1	-	105.347	-	105.347
Fundo de liquidez - conta reserva (Nota 7)	1	14.823	-	-	-
Ativos indenizáveis pela União (Nota 9)	1	-	3.909.017	-	3.909.017
		1.398.181	5.128.848	864.838	4.604.323
		1.590.167	5.401.386	1.045.785	4.824.216
Passivos					
Ao custo amortizado					
Financiamentos e debêntures (Nota 15) (ii)		2.396.856	2.023.828	2.037.734	2.023.828
Arrendamentos		40.990	40.317	1.116	-
		2.437.846	2.064.145	2.038.850	2.023.828

(i) O valor justo apresentado corresponde ao valor contábil reconhecido.

(ii) O valor justo desta rubrica está apresentado na Nota 15.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo considerando a seguinte hierarquia::

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

22.2 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de liquidez, (b) risco de crédito (c) risco hidrológico e GSF, (d) risco de não renovação das concessões, (e) risco regulatório, (f) risco socioambiental e (g) risco de mercado.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco, a Companhia e suas controladas, seguem a Política de Gerenciamento de Riscos de sua controladora Auren, cujo objetivo é estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos corporativos, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Companhia e de suas controladas no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

						Consolidado
	Vencimentos					
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Financiamentos e debêntures (Nota 15) (i)	175.960	194.752	1.006.988	1.557.682	532.867	3.468.249
Arrendamentos (I)	5.613	10.381	14.799	21.821	88.409	141.023
Fornecedores	164.276	-	-	-	-	164.276
UBP - Uso do Bem Público (i)	38.549	11.795	-	-	-	50.344
	208.438	22.176	14.799	21.821	88.409	355.643
Em 31 de dezembro de 2022						
Debêntures (Nota 15) (i)	181.085	174.147	343.014	2.001.184	-	2.699.430
Arrendamentos (I)	4.928	9.870	14.798	22.387	92.741	144.724
Fornecedores	119.565	-	-	-	-	119.565
UBP - Uso do Bem Público (i)	43.465	37.279	11.400	-	-	92.144
	349.043	221.296	369.212	2.023.571	92.741	3.055.863

	Controladora					Vencimentos
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 6 e 10 anos	Acima de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2023						
Financiamentos e debêntures (Nota 15) (i)	170.334	163.233	884.736	1.349.304	-	2.567.607
Arrendamentos (I)	685	524	-	-	-	1.209
Fornecedores	50.485	-	-	-	-	50.485
UBP - Uso do Bem Público (i)	38.549	11.795	-	-	-	50.344
	260.053	175.552	884.736	1.349.304	-	2.669.645
Em 31 de dezembro de 2022						
Debêntures (Nota 15) (i)	181.085	174.147	343.014	2.001.184	-	2.699.430
Fornecedores	66.315	-	-	-	-	66.315
UBP - Uso do Bem Público (i)	43.465	37.279	11.400	-	-	92.144
	181.085	174.147	343.014	2.001.184	-	2.699.430

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores financeiros. A Companhia tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação em uma das seguintes agências de rating: *Fitch Ratings*, *Moody's* ou *Standard & Poor's*. O rating mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente.

Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, a alocação deverá ser aprovada previamente pelo Conselho de Administração. A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8.1. Os ratings divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

c) Risco hidrológico e GSF (*Generation Scaling Factor*)

A geração de energia elétrica da Companhia depende diretamente de condições hidrológicas, uma vez que todo o seu parque gerador é hidrelétrico.

As usinas que compõe o parque gerador hidroelétrico da Companhia participam do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"), que tem como objetivo fazer com que todos os geradores participantes, comercializem o montante de sua garantia física, independentemente de sua produção real, realocando e transferindo a energia excedente dos empreendimentos que geraram acima de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo.

Quando o conjunto de usinas participantes do MRE não produz energia suficiente para atender ao somatório de suas respectivas garantias física, verifica-se uma situação de déficit (medido pelo risco hidrológico "GSF") que resulta em exposições financeiras negativas para esses geradores, independentemente do nível de geração individual de cada usina.

d) Risco de não renovação das concessões

A Companhia detém a concessão da Usina Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), cujo vencimento se dá em 13 de abril de 2056.

e) Risco regulatório

As atividades da Companhia e suas controladas são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

f) Risco socioambiental

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a inúmeras leis ambientais, regulamentos, tratados e convenções, que determinam a remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

A Companhia realiza periodicamente levantamentos com o objetivo de identificar áreas potencialmente impactadas e registra com base na melhor estimativa do custo, os valores estimados para monitoramento e prevenção dessas localidades.

A Companhia e suas controladas consideram estar de acordo com todas as normas ambientais aplicáveis às suas operações.

g) Risco de mercado

Está associado à ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições próprias da Companhia, incluindo eventuais operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros e dos preços de mercado e volume.

(i) Risco cambial

O risco cambial está associado à possibilidade de variação nas taxas de câmbio, o que afeta o resultado financeiro e os saldos indexados à moeda estrangeira. A proteção de risco cambial da Companhia busca atingir um baixo nível de exposição cambial em seus ativos e passivos e compromissos designados em moeda estrangeira, os quais são permanentemente monitorados.

(ii) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de contratos operacionais, empréstimos, financiamentos e debêntures. Esses contratos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa da Companhia os quais são permanentemente monitorados.

(iii) Risco de preço de mercado e volume

A Companhia está exposta a diferentes riscos atrelados diretamente à sua operação de comercialização de energia, sendo um dos principais o risco caracterizado por variações no preço e quantidade de energia.

22.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e financiamentos e debêntures são taxas de juros CDI e IPCA. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2023, estão descritos abaixo:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2023, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2024;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2023.

						Consolidado			
						Impactos no resultado abrangente			
						Cenário I			
						Cenários II & III			
						Choque nas curvas de 31/12/2023			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade		Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
BRL-CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	1.398.181	BRL milhares	-69 bps	(9.583)	(40.722)	(81.444)	40.722	81.444
BRL-CDI 11,65%	Financiamentos e debêntures	150.536	BRL milhares	-69 bps	1.032	4.384	8.769	(4.384)	(8.769)
BRL-IPCA 4,62%	Financiamentos e debêntures	2.283.820	BRL milhares	38 bps	(8.679)	26.378	52.756	(26.378)	(52.756)

						Controladora			
						Impactos no resultado			
						Cenário I			
						Cenários II & III			
						Choque nas curvas de 31/12/2023			
Fatores de risco	Natureza da operação	Saldo	Unidade		Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
BRL-CDI 11,65%	Equivalentes de caixa e aplicações financeiras	864.838	BRL milhares	-69 bps	(5.928)	(25.188)	(50.377)	25.188	50.377
BRL-CDI 11,65%	Financiamentos e debêntures	150.536	BRL milhares	-1 bps	1.032	4.384	8.769	(4.384)	(8.769)
BRL-IPCA 4,62%	Financiamentos e debêntures	1.921.593	BRL milhares	38 bps	(7.302)	22.194	44.389	(22.194)	(44.389)

23 Seguros

A Companhia e suas controladas mantêm em vigor, principalmente, apólices de seguro operacional (Patrimonial) e de Responsabilidade Civil Geral (RCG), conforme indicados na tabela abaixo. Tais apólices possuem coberturas e condições, consideradas, pela Administração, adequadas aos riscos inerentes da operação (não auditado).

Modalidade	Principais coberturas	Vencimento
Patrimonial	Danos materiais e lucros cessantes	Até maio/2025
RCG	Danos Corporais e Danos Materiais causados a terceiros, RC Empregador, entre outras	Até fevereiro/2024

O prêmio total pago pela Companhia para a contratação dos seguros acima mencionados é de aproximadamente R\$ 4.334 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 4.763 em 31 de dezembro de 2022).

24 Compromissos de longo prazo

Os principais compromissos da Companhia e suas controladas relacionados a contratos de longo prazo, são demonstrados a seguir:

	Consolidado					
	2024	2025	2026	2027	2028	A partir de 2029
Encargos de uso de rede	249.518	245.884	245.884	245.884	245.884	6.474.938
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	6.100	6.100	6.100	6.100	6.100	160.642
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	58.596	56.904	56.904	56.904	56.904	1.498.483
Repactuação de risco hidrológico	31.985	31.898	31.898	31.898	15.993	143.671
	346.200	340.787	340.787	340.787	324.881	8.134.063
						9.827.504

25 Informações por segmento

A partir da reorganização societária realizada por sua controladora Auren em 2022, alterando também a estrutura societária da Companhia, conforme divulgado em nota 1.2 (a) das Demonstrações Financeiras de 2022, a sua gestão (incluindo os aspectos relacionados à geração e comercialização de energia elétrica) passou a ser realizada de forma centralizada pela Auren, numa perspectiva de otimização de portfólio e sinergia de fontes, com a geração de energia elétrica a partir de outras fontes complementares, bem como a sua comercialização junto aos clientes finais e tomadas de posição. Nesse sentido, a Administração da Companhia avaliou os critérios do CPC 22 - Informações por segmento e concluiu que não é adequada a divulgação de informações financeiras por segmentos operacionais nas suas demonstrações financeiras, uma vez que a tomada de decisão se dá no nível consolidado da Auren.